



*Caderno de Formação*

# *Desenvolvimento Rural Sustentável*

*" uma visão territorial "*



**PROJECTO TERRA**

Apoio às instituições governamentais e não governamentais para a melhoria da gestão da posse e administração da terra e outros recursos naturais, nas províncias do Huambo e Bié  
**GCP/ANG/045/SPA**

**Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação - FAO**

Escritório de Representação da FAO em Angola

Ministério de Agricultura, Desenvolvimento Rural e das Pescas (MINADERP)

Largo António Jacinto (Ex. Largo dos Ministérios), 5º andar. Luanda, Angola.

Tel: +244 222 327 108

Representante da FAO em Angola: Sr. Mamoudou Diallo

[FAO-AO@fao.org](mailto:FAO-AO@fao.org)

**Autora**

Helena Andrade

**Revisão técnica**

Paolo Groppo (NRL), FAO Roma

Francisco Carranza, Coordenador do Projecto TERRA - Consultor FAO

Txaran Basterrechea, Coordenador da Antena Bié, Projecto TERRA - Consultor FAO

**Desenho gráfico**

José Meio Dias

**Agradecimentos**

Aos Institutos Médios Agrários do Huambo e Bié

À equipa do Projecto TERRA

# Desenvolvimento, Rural Sustentável

*"Uma visão territorial"*

## Caderno de Formação

**ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA AGRICULTURA E ALIMENTAÇÃO  
ANGOLA, 2012**

As denominações empregadas nesse produto informativo e a forma como aparecem apresentados os conteúdos, não implicam da parte da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), juízo algum sobre a condição jurídica ou nível de desenvolvimento dos países, territórios, zonas ou cidades, ou de suas autoridades, nem a respeito das delimitações de suas fronteiras ou limites.

Todos os direitos reservados. Se autoriza a reprodução e difusão do conteúdo desse material como produto informativo para fins educativos ou outros fins não comerciais sem prévia autorização escrita dos titulares dos direitos do autor, sempre que se especifique claramente a fonte.

Se proíbe a reprodução do conteúdo desse material informativo para revenda e outros fins comerciais sem prévia autorização escrita dos titulares dos direitos do autor. As petições para obter a tal autorização deverão ser dirigidas ao Chefe da Subdirecção das Políticas e Apoio de Material de Publicação Electrónica, da Direcção de Informação da FAO, Viale Terme di Caracalla, 00153 Roma, Italia, ou por correio electrónico a [copyright@fao.org](mailto:copyright@fao.org)

© FAO 2012



## APRESENTAÇÃO

Este é um caderno no qual vamos discutir questões importantes sobre desenvolvimento rural sustentável em uma perspectiva territorial. Ele está composto por dois módulos independentes porém, complementares.

O primeiro módulo contém algumas considerações e informações básicas sobre desenvolvimento sustentável e seu objectivo é ajudá-lo a pensar o desenvolvimento de sua província, seu município, seu país. Começaremos pela história percebendo como esta noção evoluiu ao longo do tempo.

Veremos como os diferentes sectores da sociedade podem se organizar para, em conjunto, administrar os seus problemas e suas necessidades. É a gestão social.

Abordaremos a agricultura familiar e a sua importância para a construção de um novo modelo de desenvolvimento, inclusivo e sustentável. Buscaremos entender a contribuição deste sector na produção dos alimentos básicos da população e os caminhos para preservá-la e fortalecê-la.

Falaremos das responsabilidades de cada um, da necessidade de parceria e da participação de todos na formulação e na execução de políticas públicas visando a eliminação da pobreza e da fome.

No módulo II, trataremos da metodologia participativa no meio rural e aportaremos noções sobre alguns instrumentos de apoio ao desenvolvimento. Começaremos por uma reflexão sobre o papel do técnico facilitador do processo de desenvolvimento no meio rural, o perfil e as competências necessárias ao profissional desta área.

Partindo-se da necessidade de preparar os técnicos para conduzir processos em grupos, serão tratados alguns aspectos da comunicação em uma óptica participativa.

Finalmente, abordaremos as etapas, os métodos e ferramentas da metodologia participativa com vistas à (i) sensibilização e mobilização, (ii) diagnóstico, (iii) planeamento, (v) execução, monitoramento e avaliação dos processos e de projectos de desenvolvimento.

Não nos propomos aqui a discutir exaustivamente todos os temas apresentados e sim, introduzir a reflexão e a análise territorial, oferecendo pistas que poderão orientá-lo na busca por mais informação e conhecimento.

A experiência e a realidade demonstram que não há um caminho único, e que a busca pelo saber exige estarmos atentos e abertos a novas experimentações.

Este material foi produzido no âmbito da Formação em Desenvolvimento Rural Sustentável realizada pelo **PROJECTO TERRA** aos alunos finalistas dos **Institutos Médios Agrários - IMA do Andulo (Província do Bié) e da Caála (Província do Huambo)**.

O PROJECTO TERRA, que tem como objectivo reforçar as capacidades de gestão da terra e os outros recursos naturais através do apoio aos atores locais, é executado pela **FAO – Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura** e conta com o apoio financeiro da **Agência Espanhola de Cooperação para o Desenvolvimento – AECID**.

**BOA LEITURA!**





# ÍNDICE

<b>MÓDULO I DESENVOLVIMENTO, SUSTENTABILIDADE E GESTÃO SOCIAL.....</b>	<b>7</b>
<b>CAPÍTULO 1 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.....</b>	<b>9</b>
1.1 O QUE É DESENVOLVIMENTO?.....	9
<i>A Revolução Verde.....</i>	<i>11</i>
<i>Uma nova ordem mundial e o desenvolvimento.....</i>	<i>12</i>
<i>O Desenvolvimento em Angola.....</i>	<i>13</i>
1.2 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E SUSTENTABILIDADE.....	14
1.3 A PERSPECTIVA TERRITORIAL DO DESENVOLVIMENTO.....	16
<b>CAPÍTULO 2 SOCIEDADE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.....</b>	<b>18</b>
2.1 GESTÃO SOCIAL DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.....	18
2.2 AGRICULTURA FAMILIAR E DESENVOLVIMENTO.....	19
<i>O papel da mulher e dos jovens.....</i>	<i>24</i>
2.3 ACESSO À TERRA E DESENVOLVIMENTO.....	24
<b>CAPÍTULO 3 ESTADO E SOCIEDADE CIVIL: AGENTES DE TRANSFORMAÇÃO DA REALIDADE RURAL.....</b>	<b>27</b>
3.1 POLÍTICAS PÚBLICAS E PARTICIPAÇÃO SOCIAL.....	27
3.2 O FUNCIONAMENTO DO PODER PÚBLICO.....	30
<i>Descentralização da gestão das políticas públicas e o diálogo entre as comunidades e as Administrações Locais.....</i>	<i>32</i>
<b>MÓDULO II INSTRUMENTOS DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO.....</b>	<b>33</b>
<b>CAPÍTULO 4 O TÉCNICO COMO FACILITADOR.....</b>	<b>35</b>
4.1 O QUE É SER UM TÉCNICO FACILITADOR?.....	36
4.2 O QUE ORIENTA A ACÇÃO DO TÉCNICO FACILITADOR?.....	37
<b>CAPÍTULO 5 COMUNICAÇÃO EM UM ENFOQUE PARTICIPATIVO.....</b>	<b>39</b>
5.1 COMUNICAÇÃO – O QUE É?.....	39
<i>O enfoque participativo.....</i>	<i>41</i>
5.2 MÉTODOS E TÉCNICAS QUE FACILITAM A COMUNICAÇÃO.....	42
<i>A visualização.....</i>	<i>42</i>
<i>Técnicas que facilitam a condução de grupos.....</i>	<i>44</i>
<i>A moderação.....</i>	<i>46</i>
<b>CAPÍTULO 6 ACÇÕES E INSTRUMENTOS PARTICIPATIVOS.....</b>	<b>47</b>
<i>Sensibilização e mobilização.....</i>	<i>47</i>
<i>Diagnóstico participativo.....</i>	<i>49</i>
<i>O planeamento participativo.....</i>	<i>54</i>
<i>Execução de actividades e projectos.....</i>	<i>58</i>
<i>Monitoramento, avaliação, acompanhamento e replaneamento.....</i>	<i>58</i>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>59</b>
<b>BIBLIOGRAFIA CONSULTADA.....</b>	<b>65</b>



# MÓDULO I

*Desenvolvimento, sustentabilidade  
e gestão social*







# Capítulo 1

## Desenvolvimento Sustentável

Durante algum tempo, desenvolvimento e modernidade foram sinónimos. Depois, o conceito de desenvolvimento foi evoluindo e tomando em conta outras dimensões. Hoje, para o economista indiano Amartya Sen, o desenvolvimento é um processo de ampliação das possibilidades de escolhas e oportunidades para as pessoas.

Vejamos a seguir como avançou o pensamento a respeito do desenvolvimento e da sustentabilidade e como esta noção afecta o nosso dia-a-dia.

### 1.1 O que é desenvolvimento?

A noção de desenvolvimento começou a ser comum depois da Segunda Guerra Mundial que aconteceu entre 1939 e 1945.

Nos anos 60, em quase todo o mundo, sociedade moderna e sociedade desenvolvida tinham o mesmo significado. Alguns dos critérios para considerar uma sociedade desenvolvida ou **moderna** seriam o predomínio da produção industrial e a urbanização. Por outro lado, as sociedades consideradas **atrasadas** eram as que tinham sua economia baseada na agricultura. Por isso, a industrialização e a urbanização foram considerados os principais caminhos para a geração de riquezas e modernizar as sociedades.

Este modelo de porém, baseava-se no consumo cada vez maior dos recursos naturais. Assim, quanto mais a industrialização avançava, maior era a destruição do meio ambiente.

Nos anos 70 com a crise do petróleo, as nações consideradas desenvolvidas puderam perceber as consequências da sua opção de desenvolvimento centrado na exploração intensiva dos recursos naturais finitos.

Em algumas partes do mundo, esse modelo de desenvolvimento pode ter tido êxito no que diz respeito aos aspectos económicos, mas além da grande pressão sobre os recursos naturais, ele trouxe consequências desastrosas do ponto de vista social acentuando a **pobreza** e as desigualdades entre as regiões e promovendo transformações culturais e institucionais.



### Para saber mais...

A **pobreza** pode ser entendida em vários sentidos: (i) privação das necessidades básicas como alimentação, alojamento, saúde; (ii) falta de recursos económicos; (iii) exclusão social, a dependência e a incapacidade de participar na sociedade. Aqui inclui-se a educação e a informação.

As relações sociais são elementos chave para compreender a pobreza considerando-a além da questão económica. Neste sentido, a pobreza pode ser definida como uma “privação das capacidades básicas de um indivíduo e não apenas como uma renda inferior a um patamar pré-estabelecido” (Crespo, 2002).

Apesar da pobreza mais severa ou pobreza extrema se encontrar nos países ditos “em desenvolvimento”, a pobreza existe em todas as regiões do mundo.

Enquanto o desenvolvimento privilegiava o crescimento industrial e urbano o que acontecia no meio rural?

Enquanto crescia o sector industrial e as cidades, o campo foi ficando à margem do processo. Aumentava a fome e a **insegurança alimentar**. Chegou-se a conclusão de que também era preciso **modernizar** o meio rural e aumentar a produção e a produtividade de alguns alimentos.

Nessa época pensou-se que através de um aumento da quantidade de alimentos se poderia resolver o problema da fome nos países em desenvolvimento. Foi o início da **Revolução Verde**.

**Modernizar** o meio rural significou intensificar a produção e aumentar a produtividade, estreitando a relação entre o campo e a indústria, com a introdução de máquinas pesadas e produtos químicos.

### Para saber mais...

**Insegurança alimentar** existe quando não é assegurado o acesso permanente a alimentos de qualidade e em quantidade suficiente ou às condições para sua obtenção.

### Actividade

Sociedade moderna e sociedade desenvolvida são sinónimos?

Por que quase todos os países do mundo buscaram a industrialização como a única alternativa para alcançar o desenvolvimento?



## A Revolução Verde

Embora o termo revolução verde só tenha surgido na década de 70, os avanços tecnológicos do período pós-guerra deram início a um ciclo de inovações que permitiram aumentar enormemente as produtividades agrícolas.

Já nos anos 60, acreditava-se que a fome nos países da Ásia, África e América Latina seria solucionada se fossem utilizadas certos tipos de sementes de alta produtividade e capazes de gerar, em pouco tempo, uma quantidade maior de alimentos. Naquela época era comum a ideia de que a fome no mundo era o resultado da baixa produtividade de alimentos do sector agrícola. Porém, não seria suficiente usar apenas as sementes geneticamente melhoradas, eram preciso, para garantir uma alta produtividade, modificar também as práticas plantio, de irrigação, de controlo de pragas, de colheita e também de gerenciamento da produção. Difundiu-se o uso de fertilizantes e defensivos químicos, de máquinas pesadas e outras “modernidades” que passaram a ser símbolo de desenvolvimento.

É provável que sem a Revolução Verde o mundo hoje estaria vivendo uma grave crise de desabastecimento porém, mesmo com todas as transformações ocorridas no meio rural, os preços dos produtos alimentares continuaram elevados, aumentando ainda mais a fome e a desnutrição.

Buscar a máxima produtividade introduzindo grandes transformações tecnológicas sem tomar em conta as consequências possíveis trouxe também graves problemas ambientais.

Se pensarmos no meio ambiente, sabemos que ao “duplicarmos o rendimento do cultivo, aumentamos em quase dez vezes a necessidade de fertilizantes, pesticidas e energia. Dessa maneira não é difícil entender porque a agricultura moderna é responsável por boa parte da contaminação do solo e das águas”(PRONAF 2002).

Sabemos ainda que com o tempo outras consequências foram identificadas como a redução da biodiversidade, a menor resistência às pragas e a contaminação dos alimentos com agrotóxicos. Outros impactos também foram notados. Com a introdução de novos insumos aumentou-se as despesas de cultivo, o endividamento dos agricultores. Muitos perderam suas terras e foram expulsos do campo por não serem capazes de competir com as grandes empresas do agronegócio.

### *Actividade*

**Ainda hoje, mesmo com a modernização da agricultura, encontramos quase 1000 milhões de pessoas com fome no mundo. Por que?**

**Discuta com seus colegas qual é o papel da indústria de insumos na vida do agricultor e suas consequências para a produção.**







## Uma nova ordem mundial e o desenvolvimento

O mundo actual vem passando por profundas transformações: o encurtamento das distâncias, a rapidez da informação, que aconteceram principalmente a partir da década de 90. Estas mudanças vão transformando o cotidiano das pessoas e vão criando novas formas de relacionamentos entre as sociedades, entre os Estados e entre os países. É o que chamamos “**globalização**”.

A globalização provocou mudanças em diferentes planos. No plano económico ela integrou os mercados mundiais, rompeu barreiras no comércio internacional e promoveu a livre circulação de capitais. No plano político houve de modo geral uma diminuição do papel dos Estados Nacionais como agentes reguladores da sociedade e fortaleceu-se as instâncias supranacionais, organizadas em escala mundial. No plano social foi marcado pelas novas dinâmicas de relacionamento entre os indivíduos, pelo surgimento de novos valores, sentimentos e objetivos.

Nesta nova organização mundial, o desenvolvimento passa a ser determinado em instâncias que ultrapassam as fronteiras geográficas, obedecendo directrizes mais amplas. Vejam como exemplo os **Objectivos do Milênio**

### Para saber mais...

Em 2000, a **ONU** – Organização das Nações Unidas, ao analisar os maiores problemas mundiais, estabeleceu **8 Objectivos do Milênio** – **ODM**. Acabar com a extrema pobreza e a fome, promover a igualdade entre os sexos, erradicar doenças que matam milhões e fomentar novas bases para o desenvolvimento sustentável dos povos são alguns dos objetivos apresentados na Declaração do Milênio, e que se pretendem alcançar até 2015.

Assim como o desenvolvimento, também as crises passam a ter escala mundial. A crise económica que estourou em 2008 nos Estados Unidos e mais recente a crise de 2011, se espalharam por todo o mundo e continuam a repercutir gravemente em diversos países, notadamente da Europa, levando-os à estagnação económica e à instabilidade social.

O mundo avança para um novo equilíbrio de poder económico e geopolítico que tende a deslocar-se para países como Brasil, Índia, China e África do Sul, agora dotados de um papel de maior destaque no cenário internacional.

Vejam mais de perto como Angola se inseriu neste contexto de globalização e desenvolvimento.



## O Desenvolvimento em Angola

Angola viveu um período de conflito que teve início na luta pela independência do domínio português (1961-1974). Porém, a independência que aconteceu em 1975 não foi o início da paz e sim o começo de uma intensa guerra civil que durou até 2002.

Este longo conflito deixou um quadro dramático em que a maior parte das infra-estruturas foi destruída, a economia desestruturada e milhões de pessoas morreram ou foram deslocadas (IEH, 2011).

Com o fim da guerra, o País entrou em um processo de reconstrução. Entre 2007 e 2008 o crescimento de Angola medido pelo **PIB – Produto Interno Bruto** foi de dois dígitos (23,3% e 14%, respectivamente) impulsionado pelo alto preço do petróleo no mercado internacional. Neste período, o Governo angolano aplicou os recursos disponíveis prioritariamente na reabilitação e construção de infra-estruturas em diferentes zonas do País.

A partir de 2009, o crescimento do PIB a dois dígitos foi interrompido pela queda do preço do petróleo. As consequências se fizeram sentir na redução dos investimentos tanto nos serviços sociais quanto nas infra-estruturas. Em 2011 encontramos em Angola uma economia fortemente dependente do sector petrolífero onde 75,4% das entradas de dinheiro ou “receitas” corresponderam aos impostos arrecadados neste sector.

São inegáveis os avanços pelos quais vem passando o País notadamente nos sectores das infra-estruturas, saúde, educação, porém os indicadores ainda revelam inúmeros desafios.

Ainda hoje Angola possui um baixo **IDH - Índice de Desenvolvimento Humano** (ocupa a posição 148 segundo o Relatório de Desenvolvimento Humano feito pelo PNUD em 2011), cerca de 50% da população não tem acesso à saneamento nem a fontes de água melhoradas e mais de 70% não tem acesso à eletricidade.

### Para saber mais...

**PIB – Produto Interno Bruto** representa a soma (em dinheiro) de todos os bens e serviços finais produzidos numa determinada região (países, estados, cidades), durante um período determinado (mês, trimestre, ano, etc).

**IDH – Índice de Desenvolvimento Humano** mede a qualidade de vida dos países para além de indicadores económicos, como o Produto Interno Bruto (PIB). Leva em conta, além de renda (PIB per capita), saúde (expectativa de vida ao nascer), educação da população e questões ambientais.





O Relatório do Inquérito Integrado do Bem-estar da População – IBEP realizado pelo Governo angolano em 2010, revela a existência de uma taxa de incidência de pobreza de 58,3% no campo e 18,7% nas cidades demonstrando que existem grandes assimetrias entre as zonas urbanas e rurais. Segundo o mesmo inquérito, o acesso aos serviços de saúde e educação é maior no meio urbano se comparado com o rural e as receitas médias por pessoa nas áreas rurais são 46% mais baixas que nas áreas urbanas.

Diante do quadro que se apresenta, faz-se necessário buscar caminhos de um desenvolvimento capaz de responder às questões relacionadas ao esgotamento dos recursos naturais e ao agravamento dos problemas sociais. Em todo o mundo, e também em Angola, cada vez mais tem-se debatido sobre uma nova forma de pensar o desenvolvimento.

## **1.2 Desenvolvimento sustentável e sustentabilidade**

Como pudemos notar, apesar de todos os avanços mundiais no sentido de gerar mais riqueza, estreitar as relações mundiais e aumentar o nível tecnológico, a distribuição dos recursos continua bastante desigual. Percebemos o acentuamento cada vez maior das diferenças: entre ricos e pobres, entre países, e mesmo no interior deles.

A necessidade de se implementar um outro modelo de desenvolvimento, que procurasse conciliar a tensão existente entre crescimento económico, expansão humana, avanço tecnológico e conservação dos recursos naturais, gerou a proposta do desenvolvimento sustentável.

O conceito de desenvolvimento sustentável surgiu na Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento criada pelas Nações Unidas em 1987, e está presente no **Relatório Nosso Futuro Comum**, também chamado **Relatório Brundtland**. As propostas iniciais deste relatório partiam do princípio de que era possível conciliar o crescimento económico com a conservação ambiental.

A ideia foi evoluindo e o termo **sustentabilidade**, definido como **“atender as necessidades do presente, sem comprometer as possibilidades de as gerações futuras atenderem as suas próprias necessidades”** passou a ser fundamental em toda e qualquer reflexão sobre modelos de desenvolvimento.

Claro que não é possível alguém pensar no futuro se está com dificuldades para garantir o presente. Todos precisamos ter condições de vida adequadas: saúde, educação, trabalho, de forma que tenhamos garantido nosso sustento e qualidade de vida imediatos. Porém, precisamos atender às necessidades pessoais de hoje lembrando que teremos outras amanhã.

A sustentabilidade tem a ver com a prática de consumir sem esgotar, de viver sem comprometer a vida, de ter responsabilidade com o futuro. E isso tem a ver com o que cada um de nós faz no seu dia a dia. Do ponto de vista económico, ser sustentável significa “ser capaz de manter seu estoque de capital em nível constante por longo tempo”. Portanto, produzir eficiência econômica e crescimento econômico é condição necessária para a sustentabilidade.





Mas sustentabilidade não é só um conceito económico, é também uma justa distribuição, gestão e uso dos recursos naturais para que a qualidade de vida seja um bem comum a todos os seres vivos e que sejam preservados para as gerações futuras.

Sustentabilidade também tem uma dimensão política onde importa integrar os diversos sectores da sociedade e que seja capaz de garantir a todos os direitos, a promoção e o exercício da cidadania. A participação das pessoas na gestão das políticas públicas é fundamental para a sustentabilidade não só para garantir que elas atendam aos interesses locais mas para que tenham continuidade.

Do ponto de vista social, a sustentabilidade implica em entender que o sucesso da comunidade depende do sucesso de cada um dos seus membros e que cada membro da comunidade desempenha um papel importante, em uma relação de troca e aprendizagem. Implica também em reconhecer e aceitar a pluralidade, percebendo esta diversidade como uma riqueza que alimenta as relações e a criatividade do colectivo.

Em uma perspectiva mais ampliada, o desenvolvimento pode ser visto como um processo que permite o aumento das capacidades de escolha das pessoas para que possamos todos levar o tipo de vida que valorizamos.

O economista **Amartya Sen** afirma que para alcançarmos o desenvolvimento devemos ver a realidade como um todo, como um sistema. É preciso considerar as questões económicas e mais: as sociais, a conservação do meio ambiente, a equidade social e também os valores, desejos e necessidades, interesses das pessoas e a cultura local.

E, para pensar o desenvolvimento sustentável a partir de uma proposta que tem o ser humano como centro, tendo em conta suas relações sociais, económicas, produtivas e a utilização racional dos recursos naturais é que propomos a noção do **desenvolvimento territorial**, que veremos a seguir.

#### Para saber mais...

**Amartya Sen** – o economista indiano ganhou o Prémio Nobel de Economia em 1998. Publicou entre outros, o livro “Desenvolvimento como Liberdade”.

### Actividade



Quais são as dimensões da sustentabilidade?

O ser humano é parte de um sistema complexo que envolve outros seres vivos, a água, o ar e o próprio planeta.

É preciso pensar o desenvolvimento sustentável tendo o ser humano como centro, tomando em conta seus desejos e necessidades.

Discuta com seus colegas estas duas afirmações.





### 1.3 A perspectiva territorial do desenvolvimento

A inclusão da noção de território nos debates sobre desenvolvimento permitiu considerar as pessoas como razão de ser de todas as estratégias, políticas, projectos e acções realizados em um determinado espaço.

São as pessoas, através da participação activa que definirão o processo de desenvolvimento do qual serão, ao mesmo tempo, sujeitos e beneficiários.

A perspectiva territorial do desenvolvimento destaca a cooperação e a coresponsabilidade como meios que favorecem a realização de estratégias e projectos, tanto individuais quanto colectivos.

O **território** é onde começa na prática o desenvolvimento sustentável. Quando falamos de local, rural, regional são apenas formas de tratar o território para melhor caracterizá-lo. É importante lembrar que o desenvolvimento é um processo único e integrado onde estão inseridos o rural e o urbano, o local e o nacional. Nele, devem estar incluídas a satisfação e bem estar de pessoas de todas as etnias, sexos, faixa etárias e de todo o território nacional.

#### Para saber mais...

Os **territórios** são unidades espaciais de análise, modelados pelas relações sociais e históricas que aí se produzem. Em um enfoque participativo e negociado, é preciso considerar o território como um espaço de negociação que visa reforçar o diálogo e a confiança mútua, e incrementar o poder de negociação dos actores mais carentes para que eles tenham acesso aos recursos e meios adequados à sua sobrevivência. (DPTN)

Mas, o que buscamos no desenvolvimento territorial?

- Pretendemos a inclusão social, a ampliação das capacidades, oportunidades e direitos de escolhas individuais;
- Buscamos resultados econômicos que permitam que a riqueza produzida seja distribuída de modo justo entre todos, buscamos oportunidades de trabalho e renda para homens, mulheres, jovens; o fortalecimento dos agricultores;
- Visamos criar condições para que a população do território conheça os seus recursos naturais, assim como formulem estratégias para a gestão sustentável dos mesmos;
- Queremos fortalecer a democracia e a participação dos cidadãos na gestão do desenvolvimento sustentável. Neste sentido, importa que a sociedade civil se envolva com responsabilização e autonomia e, que o poder público seja eficiente e busque a integração de suas políticas. Para os dois segmentos se coloca o desafio da construção e consolidação de espaços institucionais territoriais de gestão participativa do desenvolvimento. Esses espaços são os fóruns, os conselhos, etc.



Desta forma, é possível considerar o desenvolvimento territorial sustentável como uma estratégia de intervenção social que busca alternativas mais sustentáveis e mais protagonistas.

A sustentabilidade do desenvolvimento será possível quando os diferentes sectores da sociedade: agricultores, empresas, organizações, Estado, etc. se organizarem para, em conjunto, administrar os problemas e necessidades que afectam a todos. É o que chamamos de **gestão social do desenvolvimento**.







## Capítulo 2

# Sociedade e Desenvolvimento Sustentável

Como dissemos antes, para que o desenvolvimento sustentável se realize é preciso que a sociedade deixe de ser um amontoado de pessoas vivendo de modo desordenado e se organize. A organização social para a gestão é portanto, fundamental.

A gestão social acontece quando os grupos, que representam diversos sectores da sociedade criam e aceitam um conjunto de regras, decisões e acções como um modo de administrar os problemas e necessidades comuns a todos.

Em Angola, onde a população rural representa cerca de 50% do total, estimada aproximadamente em 19 milhões de habitantes (MINPLAN, 2010), é preciso estar atento para a participação deste importante grupo nas decisões e acções voltadas para o desenvolvimento.

### 2.1 Gestão social do desenvolvimento sustentável

Ao falarmos de **gestão**, falamos de um processo que envolve: planificar, organizar, dirigir, implementar, monitorar, avaliar as estratégias e acções planificadas.

A **gestão social** significa cuidar do interesse social ou seja, é quando os indivíduos, grupos e organizações de um território se envolvem nas iniciativas que visam o desenvolvimento sustentável. Estas iniciativas vão desde a mobilização dos agentes e recursos locais até à implementação e avaliação das ações planejadas, passando pelas etapas de diagnóstico, de elaboração de planos, de negociação de políticas e projectos. A participação de todos em todas as etapas do processo significa que as responsabilidades pelos destinos do território devem ser constantemente compartilhadas.

Um importante mecanismo de gestão social é a planificação participativa que permite a interacção entre os diferentes representantes da comunidade: **sociedade civil e poder público**.

#### Para recordar...

“O **território** não é somente um espaço físico, geograficamente definido que compreende cidades, campos e recursos naturais. É também uma construção dos grupos, que se relacionam interna e externamente, onde se pode distinguir identidade e coesão social, cultural e territorial.”  
(MDA, 2005)



Assim, importa lembrar que a gestão social precisa se apoiar nas pessoas e nas relações que elas estabelecem nos territórios; nos laços de identidade, de confiança e de colaboração que há entre as forças locais. Onde isso é frágil ou não existe, é preciso criar espaços para que as pessoas possam aprender; é preciso favorecer o diálogo e construir projectos que possam assegurar a paz, a segurança e o desenvolvimento para todos.

Para reforçar, **a ideia do desenvolvimento sustentável está baseada na possibilidade de cooperação, parcerias e organização de projectos.** Neste sentido, dificilmente uma província ou município consegue desenvolver-se somente com seus recursos próprios. Em geral, há necessidade de investimentos externos, na forma de recursos tecnológicos, humanos ou financeiros. Outras vezes, não é o município que se desenvolve como um todo, mas pequenas localidades ou comunidades dentro dele.

Pensar a gestão social do desenvolvimento sustentável é considerar as relações e os acontecimentos locais e envolver a comunidade no processo participativo de construção de planos e parcerias.

A gestão social é a comunidade organizada assumindo o controlo do processo de desenvolvimento. É um processo de aquisição de poder ou de **empoderamento.**

#### Para saber mais...

**Empoderamento:** vem do inglês, *empowerment*.

Para o educador brasileiro Paulo Freire significa que as pessoas, grupos ou instituições realizam por si mesmas as mudanças e acções necessárias que as levam a evoluir e se fortalecer.

Sem perder de vista a organização da comunidade para a gestão social, olhemos com mais cuidado para um grupo social que representa quase metade da população angolana: os camponeses. Vejamos com mais detalhes o que é **agricultura camponesa** ou familiar e por que o seu fortalecimento é considerado como a estratégia mais indicada para a consolidação da sustentabilidade.

## 2.2 Agricultura familiar e desenvolvimento

Tradicionalmente, a produção camponesa ou familiar é parte de uma realidade comunitária. Essas comunidades transmitem de geração a geração conhecimentos técnicos e produtivos acumulados ao longo do tempo. A proximidade das relações entre as pessoas (parentes, vizinhos, etc.) permite a existência de formas diversas de solidariedade.

### Mas, o que chamamos agricultura familiar?

O conceito de agricultura familiar é bastante amplo. De maneira geral, ela pode ser caracterizada pela estreita relação entre o trabalho e a propriedade da terra, dos equipamentos, das habitações, etc. Está aí a diferença fundamental desta agricultura dita camponesa ou familiar para a agricultura chamada patronal. Nessa última, existe uma clara distinção entre o trabalho e a propriedade.



A agricultura familiar tem seu processo de produção baseado na força de trabalho da família. Assim, a propriedade e o trabalho estão estreitamente ligados à família.

Nesta forma de agricultura não há uma especialização ou uma divisão formal do trabalho ou entre as actividades administrativas e executivas. O que existe é uma participação solidária e co-responsável de todos os membros da família na organização e no funcionamento da unidade de produção. A agricultura familiar se preocupa em preservar e transmitir de geração para geração seus meios de produção bem como os conhecimentos técnicos e produtivos.

As actividades da agricultura familiar são gerenciadas segundo uma lógica própria. No seu funcionamento busca-se reduzir as despesas familiares e os custos de produção, minimizar dos riscos da exploração agrícola e do mercado, garantir da segurança alimentar da família, preservar o uso da mão-de-obra e melhorar as condições de trabalho e do sistema produtivo. Na maioria dos casos, essa estratégia inclui a diversificação da produção de modo a garantir o autoconsumo, diminuir o risco e aumentar a renda total da família (Furtado, 2000).

Seguindo tal lógica e a partir do que a família pensa a respeito da sua situação e das possibilidades de produzir são tomadas as decisões mais coerentes e racionais.

A **unidade de produção familiar** quase sempre utiliza várias combinações entre actividades agrícolas e não agrícolas: criação de animais, produção de artesanato, venda de mão-de-obra, entre outras, resultando em um sistema bastante diversificado. Muitas vezes, a família busca nestas outras actividades o complemento de sua renda afim de atender suas necessidades de consumo.

#### Para saber mais...

A família é uma **unidade de produção** que não se ocupa apenas da agricultura, mas se dedica a outras actividades que possam complementar suas necessidades de consumo. (PRONAF,2002)

As mudanças que acontecem em todo o mundo têm influenciado o papel e a importância da agricultura familiar. Entretanto, em todas as partes, ela é responsável grande parte da produção de alimentos e também pela integração e organização da sociedade no campo.

Para dar uma ordem de importância da **agricultura familiar em Angola**, segundo dados de 2006/2007 (Alves Primo, 2011), mais de 95% das explorações agrícolas do País são ocupadas pela agricultura camponesa. Nestas explorações familiares ou camponesas 90% da área é cultivada com culturas alimentares e 80% dessa produção abastece o mercado interno. Também em Angola, a agricultura familiar cumpre a dupla função: de uma parte, cria oportunidades de trabalho e de renda para as famílias e de outra oferece alimentos.





A agricultura familiar portanto, desempenha um papel estratégico para o desenvolvimento e para a segurança alimentar. No campo do desenvolvimento, ela permite uma lógica de produção e distribuição de riquezas. No que diz respeito a segurança alimentar, produz alimentos básicos para a população e é responsável pela integração no campo de uma parcela da população que antes migrou para a cidade.

Desta forma, agricultura familiar apresenta um modelo de organização da produção e do trabalho que a torna especialmente favorável à conquista da **segurança alimentar** e foco importante de políticas de redução da pobreza e combate à fome.

### Para saber mais...

**Segurança Alimentar** se refere à condição de acesso a alimentos básicos de qualidade, em quantidade suficiente e de modo permanente a toda a população de um país.

Se pensarmos que cerca de 70% das pessoas pobres que sobrevivem com um dólar por dia trabalham e vivem em zonas rurais chegamos à conclusão que não será possível acabarmos com a pobreza sem estimularmos a agricultura e os meios de vida rural.

A **Estratégia de Combate à Pobreza - ECP** elaborada pelo Governo Angolano em 2005 reconhece a segurança alimentar e o desenvolvimento rural como fundamentais no processo de desenvolvimento. Segundo a ECP "o sector rural é uma das áreas estratégicas do futuro desenvolvimento de Angola, dado o seu potencial de criação de emprego e geração de rendimento no sector familiar e a sua vital importância para a redução da dependência comercial e, conseqüentemente, da vulnerabilidade do mercado interno" (ECP, 2005).





## Evolução da Agricultura Familiar em Angola – breve relato

Ao olharmos a agricultura camponesa ao longo do tempo, notamos que nos anos 60, quando Angola passou a exportar café e banana, devido ao esforço de desenvolvimento implementado pelos portugueses, a maior parte dos produtos agrícolas comercializados vinha da agricultura familiar, chamado sector “tradicional”.

Ainda assim, o sector familiar não encontrava apoio das autoridades coloniais que visavam o sector empresarial ou patronal, concedendo crédito, assistência técnica e títulos de propriedade de terras. Os produtores familiares nesta época não tinham garantidos tais direitos, o que os colocava numa situação fundiária bastante precária.

De notar que o desenvolvimento da agricultura empresarial em Angola durante o período colonial teve consequências negativas na estrutura fundiária das comunidades rurais, onde muitas famílias viram as suas áreas de cultivo e de gado reduzidas. Na província do Huambo, por exemplo, a implantação de fazendas destinadas, sobretudo a bovinicultura de corte, provocou a redução da disponibilidade de terras para os camponeses. De acordo com dados da antiga Missão de Inquéritos Agrícolas de Angola, entre meados da década de 60 e princípios dos anos 70 a área disponível para cada família passou de cerca de 9 hectares para 4 hectares.

Contudo, já quase no final do regime colonial foi concebido o Projecto-piloto de Extensão Rural de Angola no Planalto Central, como uma grande medida de política agrária voltada para o sector familiar. De acordo com especialistas, neste período houve uma considerável melhoria das condições de vida das populações em termos de educação e foram introduzidas dinâmicas comunitárias com a criação de clubes agrícolas e foram construídas infra-estruturas de armazenagem.

Com a proclamação da independência, as autoridades governamentais então constituídas, conceberam um modelo de desenvolvimento agrícola de feição socialista, baseado nas empresas estatais e nas cooperativas. Assim, entre 1976 e finais da década 80, a estrutura agrária do país assentava em cinco formas de organização social da produção, nomeadamente: a empresa estatal, a cooperativa, a empresa familiar tradicional, a empresa privada e a empresa mista (Morais e Pacheco, 1991).

Ao longo desse período os esforços do Estado concentraram-se no desenvolvimento das empresas agrícolas estatais e da colectivização da produção através das cooperativas socialistas. Contudo, o sector familiar continuou a desempenhar um papel importante na produção alimentar, apesar das restrições impostas pela guerra.

Entre finais dos anos 80 e princípios dos anos 90, o Estado angolano empreendeu reformas onde as empresas agrícolas estatais foram privadas, enquanto que grande parte das cooperativas deixou de funcionar. Neste período foram criadas as Estações de Desenvolvimento Agrário (EDA) com objectivo de prestar assistência técnica e apoio organizativo aos camponeses. Nesta época, surgiu a União Nacional das Associações de Camponeses de Angola (UNACA) e foi desenvolvido o primeiro projecto-piloto de extensão rural pós-independência na província da Huíla, interrompido pela guerra em 1992.

Entre 1990 e 2002, o retorno a guerra afectou significativamente, a produção agrícola nas zonas rurais. Milhares de famílias camponesas abandonaram as suas aldeias e procuraram refúgio nas vilas e cidades. Nesse período, o país viveu uma situação de profunda insegurança alimentar, passando a depender, grandemente, da ajuda alimentar internacional canalizada pelo Programa Alimentar Mundial (PAM) e por Organizações Não Governamentais (ONG) nacionais e estrangeiras.

Actualmente regista-se um processo de reanimação da actividade agropecuária, sendo que em diversas regiões do país, segmentos



importantes de agricultores familiares procuram orientar a sua produção para o mercado. De acordo com dados do Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural, citados pelo Relatório Económico 2010 da Universidade Católica de Angola, a produção agrícola nos últimos anos tem vindo aumentar progressivamente; por exemplo, a produção de milho passou de 702,7 em 2007/2008 para 1.320 toneladas em 2009/2010 enquanto que a da mandioca passou de 10.057 para 16.132 toneladas no mesmo período.

A produção agrícola vem portanto, evoluindo em todo o país. Com efeito, importantes franjas de famílias camponesas cuja produção agrícola não cobre as suas necessidades alimentares e buscam por isso, alternativas de renda fora da actividade agrícola. Neste sentido, o fenómeno da pluriactividade assume uma função importante na sua reprodução social; daí que, quase um pouco por todas aldeias vamos encontrar casos de jovens que emigram temporariamente para grandes cidades, principalmente Luanda, onde encontram oportunidades de negócios e empregos, obtendo assim recursos financeiros que depois são investidos na actividade agrícola, principalmente na compra de juntas de bois. Há também agricultores com sistemas de produção que lhes permitem obter maior renda. Alguns desses agricultores têm um certo nível de especialização da sua produção, optando por culturas como a batata rena e as hortícolas, feijão, mandioca, entre outras.

Do ponto de vista de medidas de política agrícola, a partir de 2002, o Governo tem vindo a implementar importantes iniciativas de apoio a agricultura familiar, das quais se destaca o Programa de Extensão e Desenvolvimento Rural, a Linha Especial de Crédito Agrícola, o Programa de Promoção do Comércio Rural e os Programas Municipais Integrados de Desenvolvimento Rural e Combate à Pobreza.

*(Extraído do Relatório do Diagnóstico de Sistemas Agrários na Comunidade de Ngongounga – Huambo. Projecto FAO Terra, 2011).*

Investir na agricultura familiar é portanto, fundamental para a construção do desenvolvimento sustentável e inclusão social. Ela é capaz de preservar os recursos naturais, garantir a fertilidade dos solos, promover mudanças nas relações sociais e económicas e não só. Também é importante no que diz respeito às relações de género e de geração, na medida em que insere como sujeitos do processo produtivo, a mulher e o jovem. Vejamos a seguir.

## Actividade

O que é produção familiar?

Por que a agricultura familiar é estratégica para a conquista da segurança alimentar em Angola?

Busque saber mais sobre os alimentos que consome: onde são produzidos e qual o caminho fazem até chegar ao seu prato.







## *O papel da mulher e dos jovens*

No meio rural, a mulher sempre participou activamente do processo produtivo, porém nunca lhe foi dado o direito de assumir isso publicamente. Ela sempre foi discriminada no que diz respeito ao acesso ao crédito, à terra, a assistência técnica, a capacitação, e o seu trabalho aparece sempre inferior ao trabalho do homem. Os jovens, por sua vez, são sempre vistos apenas como um “potencial do futuro” (Furtado, 2000).

Em Angola por exemplo, o acesso das mulheres à terra é restringido: elas normalmente recebem parcelas mais pequenas do que as parcelas concedidas aos homens e o acesso é sempre precário e submetido a certas condições.

De facto, as sociedades criaram ao longo do tempo ideias a respeito do que é um homem e do que é uma mulher, ou do que é feminino e do que é masculino e também a ideia de que o masculino tem mais valor. Este pensamento ajuda a entender grande parte dos problemas e dificuldades que as mulheres enfrentam no trabalho, na vida política e no ambiente familiar.

Porém, sabemos que no processo de empoderamento das comunidades com vistas ao desenvolvimento sustentável é fundamental buscar estratégias para a redução das desigualdades. Neste sentido, é preciso criar oportunidade de trabalho do jovem e da mulher para uma maior participação política, social e econômica nos espaços local, regional e nacional.

Se pensarmos que a agricultura vem se transformando do ponto de vista da introdução de novas tecnologias e integrando novas actividades não-agrícolas e serviços, podem surgir daí novas possibilidades que podem ser direccionada tanto às mulheres quanto aos jovens.

As experiências têm mostrado que o jovem e a mulher são sujeitos importantes no processo de mudança tecnológica, pois são mais sensíveis às inovações. Por isso a necessidade de se investir na capacitação da mulher e do jovem, para inseri-los, principalmente, nas novas actividades no espaço rural.

É preciso dividir as oportunidades com as mulheres, que também podem contribuir para a sustentabilidade do desenvolvimento com seu instinto de preservação, capacidade de administrar a escassez, solidariedade e ponderação, entre tantas outras características (PRONAF 2002).

Repensar o papel da mulher no campo é reencontrar a parceria inicial existente entre homem e mulher, ampliando seus direitos, ouvindo e considerando as suas necessidades e seus desejos.

### **2.3 Acesso à terra e desenvolvimento**

Infelizmente, ainda hoje os agricultores familiares enfrentam sérios problemas com relação ao acesso à terra e outros recursos naturais importantes como, por exemplo, a água.

Resultado desta dificuldade de acesso é o agravamento da situação de insegurança alimentar no campo já que existe uma directa correlação entre o acesso à terra e aos alimentos no meio rural. Ou



seja, onde os agricultores puderam aceder à terra com razoável segurança e estabilidade a situação alimentar e nutricional dessas populações mostra-se adequada. Ao contrário, onde não há garantia de acesso à terra é grave a situação de insegurança alimentar.

A terra não é somente um bem económico ou um meio de produção, é também um património histórico e cultural, é o espaço ocupado há gerações pelas comunidades rurais que vêm nela a sua identidade, suas raízes e suas tradições.

Em Angola, a terra é propriedade originária do Estado, desta forma o Estado pode decidir quais as áreas ou partes do território nacional podem ser ocupadas ou utilizadas. Este direito foi reconhecido com a aprovação da Lei de Terras em 2004.

A **Lei de Terras** determina que o Estado angolano tem o dever de respeitar e proteger os direitos fundiários das comunidades rurais, ou seja, as famílias das comunidades rurais têm o direito sobre a terra que vivem, exercem suas actividades ou a utilizam para outros fim reconhecidos pelo costume. É o que se chama **direito consuetudinário**.

#### Para saber mais...

**Lei de Terras** é um conjunto de normas e regras que foram aprovadas pela Assembleia Nacional em 9/09/2004. Entre os principais pontos da Lei encontram-se os oito princípios básicos e cinco direitos fundiários nela previstos, entre eles o direito consuetudinário.

**Direito consuetudinário** são as normas não escritas que têm origem nos usos e costumes tradicionais de um povo.

Assim, se as formas de acesso e o estabelecimento de direitos se baseam no uso e costumes elas podem variar: de acordo com o local e o tempo, conforme a inserção na família, as relações familiares, sexo, idade, se emigrante ou autóctone. A segurança fundiária terá portanto diferentes níveis e variará também de acordo com os tipos de direitos: de uso, acesso, de colheita, de gestão, de controle, de empréstimo, de exclusão, de alienação, etc.

Alguns especialistas acreditam que somente o reconhecimento do direito não é suficiente, antes de tudo é fundamental o reconhecimento claro da propriedade. É a garantia de propriedade através do título da terra que poderá efectivamente contribuir para um aumento da renda dos agricultores. Uma vez que as comunidades rurais tenham o título da terra, esta mesma terra poderá ser negociada como por exemplo, sendo garantia de empréstimos, o que resultará em maiores investimentos e renda, importantes para o desenvolvimento económico.

Importa ressaltar que, embora o título da terra seja importante, em termos de desenvolvimento o mais relevante é que as comunidades rurais tenham assegurado o **acesso e uso da terra** e que seja reconhecido o direito das comunidades rurais tradicionais. É preciso que se estabeleça a **segurança fundiária**.





Porém, reconhecer e garantir o direito de acesso e uso da terra por parte das comunidades rurais pode não ser um processo simples. Assim como em todos os meios, também no campo são vários os interesses, necessidades e expectativas manifestadas pelos diversos actores e portanto muitos e variados são os desafios que se impõem para as comunidades rurais e os agricultores familiares.

### Para saber mais...

**Comunidade** é um conjunto de pessoas com identidades, interesses e preocupações comuns que se organizam sob o mesmo conjunto de normas, que vivem geralmente numa determinada área geográfica ou inseridos num espaço social que lhes permite interagir entre si.

Assegurar o direito à terra, à segurança alimentar, à inclusão dos jovens e mulheres, valorizar a agricultura familiar serão possíveis em um processo que valorize o diálogo e a negociação entre actores. É necessário que as demandas legítimas das comunidades rurais se articulem com as necessidades e expectativas dos diferentes sectores existente no território e o Estado buscando juntos o entendimento para o **desenvolvimento sustentável, participativo e negociado**.

### Actividade

Pesquise nos jornais, busque estudos, converse com seus professores e outros especialistas e entenda melhor a Lei de Terras e como ela está sendo aplicada.

Como você vê a situação dos camponeses em Angola com relação ao direito de acesso à terra?







## Capítulo 3

# Estado e sociedade civil: agentes de transformação da realidade rural

Nos capítulos anteriores falamos sobre a importância da gestão social para a concretização de um modelo de desenvolvimento justo, inclusivo e sustentável.

**Mas, se esse modelo é tão importante, quem tem a responsabilidade de promovê-lo? O que você acha disso?**

Se para alguns isso é tarefa exclusiva do estado, para outros, a sociedade civil é quem deve fazer o trabalho.

Outros acreditam que nem o governo nem as organizações da sociedade civil, agindo de modo isolado, são capazes de garantir o desenvolvimento sustentável.

Neste capítulo veremos quais são as atribuições do governo e da sociedade de modo que cada um possa cumprir sua parte, abordaremos a importância da ação conjunta e coordenada para a eliminação da pobreza e apresentaremos alguns importantes programas do Governo angolano de combate à pobreza e à fome.

### 3.1 Políticas públicas e participação social

Chamamos de **Políticas Públicas** as leis, decretos e orientações que surgem para direcionar as ações do poder público visando atender às demandas das sociedade.

- Elaborar uma política pública significa definir quem decide o quê, quando, com que conseqüências e para quem;
- As políticas públicas devem ter como objectivo a melhoria da qualidade de vida e acesso aos serviços sociais;
- Elas são públicas porque normalmente são executadas com recursos públicos;
- Eles se concretizam por meio das diferentes formas de articulação entre o Estado e a sociedade.

Não se deve confundir políticas públicas com ações ou políticas governamentais. Enquanto as políticas governamentais são aprovadas no intuito de atender a uma decisão do governo, as políticas públicas são elaboradas visando o atendimento das necessidades colectivas e ao bem comum. O desafio de implementar políticas públicas aumenta, pois se trata de elaborar políticas não somente para o sector agrícola ou voltadas para as comunidades rurais, mas para a vida da comunidade local como um todo. (PRONAF 2002).



*Grosso modo*, podemos categorizar algumas das políticas públicas da seguinte maneira:

- As políticas estruturais: promovem o desenvolvimento, geração de emprego e renda, orçamento público, etc.
- As políticas conjunturais ou emergenciais: atendem as situações temporárias, como por exemplo: alimentação em situações de conflito, moradia para desabrigados de enchentes, etc.
- As políticas universais e de reformas sociais: são voltadas para a saúde, educação, habitação, etc.
- As políticas compensatórias ou de inclusão social: acupam-se grupos específicos como de crianças e adolescentes, antigos combatentes, portadores de HIV- Sida, entre outros.

### ***Quem são os actores envolvidos na construção das políticas públicas?***

As políticas públicas devem resultar da parceria feita entre o Estado e a sociedade civil organizada. O Estado tem um papel fundamental na promoção de mudanças estruturais necessárias, como a ação para a diminuição das desigualdades regionais; a descentralização e desconcentração do poder e de recursos para os níveis que estão mais perto da população como os níveis municipais; a valorização e criação de condições para a participação da sociedade civil na gestão social das políticas públicas, etc. Porém, o Estado não deve ser considerado como o único responsável pelas iniciativas que visam o desenvolvimento rural sustentável. Como temos dito desde o início, as pessoas, os grupos e as organizações também são co-responsáveis pela melhoria da sua qualidade de vida e pela construção do tão desejado desenvolvimento.

É fundamental que as pessoas de um território se articule no sentido de elaborarem e implementarem conjuntamente as políticas que visam a construção de uma vida digna no campo, com inclusão social, com geração de renda e melhoria sustentável da qualidade de vida das populações rurais.

### ***Quem é o Estado?***

Estado é o conjunto de instituições (governo, forças armadas, funcionalismo público, etc.) que controlam e administram uma nação.

- É responsável pelo controlo social, seja através das leis ou apoiado na força;
- A lei máxima é uma Constituição escrita. Em Angola, a nova Constituição de que entrou em vigor em 2010 é a lei maior angolana que estabelece as tarefas do Estado com relação às diferentes políticas públicas e sociais e aos direitos e deveres dos cidadãos.
- É constituído de governo, povo e território.

### ***Quem é a sociedade civil organizada?***

Sociedade civil são as organizações criadas pelos diferentes sectores da população para, de modo conjunto, alcançar seus objectivos; por exemplo: os sindicatos, as escolas, as empresas, os partidos políticos, as associações de produtores, as igrejas, as organizações não governamentais. Enfim, tudo que se organiza de acordo com as leis vigentes, mas não é Estado (PRONAF 2002).



### Para saber mais...

- O território, entendido como parte do Estado é o espaço físico com suas divisões administrativas (municípios, províncias e país)
- A população é composta de todas as pessoas que vivem num território
- O governo é um grupo de pessoas que assume – por indicação ou por votação da população – os órgãos fundamentais do Estado, e que em seu nome exercem o poder e gerenciam as políticas. O governo municipal é um dos níveis de organização do Estado, responsável pelo gerenciamento das políticas em cada município.

## Actividade



**Quais as dificuldades existentes na elaboração e implementação das políticas públicas?**

**A globalização provocou mudanças nos papéis do Estado e da Sociedade Civil?**



Veja no quadro a seguir o exemplo de uma política pública elaborada com a participação da sociedade e cuja implementação pretende estimular também a participação dos intervenientes a todos os níveis por meio da criação de conselhos: a Estratégia Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.

### **Política pública e desenvolvimento: a Estratégia Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - ENSAN**

A Estratégia Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (ENSAN) é a referência para que as intervenções do governo, sociedade civil e sector privado em geral estejam orientadas no sentido de se erradicar a fome e de reduzir significativamente a pobreza em Angola.

O seu objectivo geral é “contribuir para que todos os angolanos tenham a todo o momento, disponibilidade de alimentos com qualidade e variedade adequada, e acesso físico e económico a esses alimentos que lhes permita contribuir para o desenvolvimento humano, económico e social de Angola”.

Por meio da sua implementação pretende-se promover a coordenação e articulação global de todas as iniciativas em matéria de segurança alimentar e nutricional, estimular a mais ampla e diversificada participação dos intervenientes a todos os níveis, facilitar o diálogo e a concertação social, participar na mobilização de financiamentos e promover sinergias em prol da eficácia global do combate à insegurança alimentar e vulnerabilidade no país.





**Os seguintes objectivos específicos constituem a base das acções a desenvolver:**

- Aumentar e diversificar a produção agro-pecuária e pesqueira de forma sustentável para melhorar os níveis de abastecimento alimentar da população e as suas condições de vida.
- Garantir a disponibilidade, a estabilidade e sustentabilidade da oferta de produtos alimentares, favorecendo a interligação entre as zonas com excedentes e as de maior poder de consumo de modo a restaurar o mercado interno.
- Melhorar as condições de acesso aos alimentos através de garantias de protecção social, principalmente para os grupos mais desfavorecidos.
- Diminuir os níveis de malnutrição da população através da melhoria das condições de acesso à alimentação, aos serviços primários de saúde, educação e saneamento básico.
- Garantir a segurança sanitária e a qualidade dos alimentos e da água para consumo com vista à protecção da saúde pública e do consumidor.
- Criar e implementar sistemas nacionais e locais de alerta rápido, sistemas de monitorização da segurança alimentar e nutricional, bem como mecanismos de comunicação e informação às famílias.
- Criar uma plataforma intersectorial de coordenação das políticas e acções em matéria de segurança alimentar e nutricional com participação da sociedade civil.

(Extraído da ENSAN 2009).

### **3.2 O funcionamento do poder público**

#### **O que são poder público e poder local?**

O poder público é constituído pelos órgãos com autoridade para realizar os trabalhos do Estado. Ele é composto pelas instâncias legislativa, executiva e judiciária.

Ao Poder Executivo cabe administrar, cumprir e fazer proposições de leis, buscar e aplicar recursos; o Poder Legislativo tem como tarefa elaborar e aprovar as leis, aprovar o orçamento, fiscalizar o poder executivo e apreciar a prestação de contas anuais. O Poder Judiciário por sua vez deve fiscalizar e garantir o cumprimento das leis em sua jurisdição.

Tanto nas instâncias do Estado quanto nos níveis de governo: Municipal, Provincial e Nacional, os interesses colectivos da sociedade são gerenciados e defendidos.

O poder local refere-se ao conjunto das forças políticas e das organizações sociais – seja das elites, seja das camadas populares – existentes num território, como por exemplo: as administrações locais, os sobas, entre outros.

Envolve as relações sociais entre as pessoas, as instituições e as organizações. São nos espaços de participação do poder local que são tomadas as decisões sobre os acontecimentos mais simples e também mais complexos do nosso dia-a-dia.



### Para recordar...

O termo território, além do espaço físico, abrange também as relações mercantis e não mercantis – que favoreçam não só a troca de informações e a conquista conjunta de mercados e, principalmente, em uma mobilização colectiva para a conquista de bens públicos e de administrações que promovam o desenvolvimento.

Porém, para participar e intervir nas políticas públicas implica além de conhecer como é representado e como funciona as esferas do Poder Público, é fundamental estar atento às questões ligadas à cidadania e aos direitos do cidadão.

### O que significa cidadania? O que é ser cidadão?

O conceito de cidadania sempre esteve fortemente “ligado” à noção de direitos, especialmente os direitos políticos. No entanto, em uma democracia, a própria definição de Direito pressupõe a contrapartida de deveres, uma vez que em uma colectividade os direitos de um indivíduo somente serão garantidos se os demais membros da sociedade cumprirem com seus deveres.

De maneira mais geral, podemos dizer que a cidadania pode ser desde o gesto de não jogar lixo na rua, respeitar os sinais e placas, respeitar os mais velhos (assim como todas às outras pessoas), não destruir os bens públicos, saber dizer obrigado, desculpe, por favor e bom dia quando necessário, até saber lidar com o abandono e a exclusão das pessoas necessitadas, o direito das crianças carentes e outros grandes problemas que enfrentam o país.

Assim, ser cidadão é respeitar e participar das decisões da sociedade para melhorar suas vidas e a de outras pessoas. Ser cidadão é também nunca se esquecer das pessoas que mais necessitam.

A cidadania envolve portanto o indivíduo, a sociedade e o Estado e deve reunir as ideias de direitos, responsabilidade e de participação de todos.

### Para saber mais...

A Constituição angolana dispõe sobre os direitos, liberdades e garantias fundamentais da pessoa humana. Conhecer esses direitos é fundamental para o exercício da cidadania.

Construir a cidadania tendo em conta seus direitos e deveres implica em um processo de empoderamento das pessoas para que possamos todos reconhecer nossas necessidades económicas, sociais e culturais e buscarmos soluções.



### Para saber mais...

São aprendizagens fundamentais para o exercício da cidadania:

- Aprender se comunicar (ler, escrever, falar, escutar)
- Aprender a exercer a democracia representativa (escolher, respeitar e substituir representantes)
- Aprender a exercer a democracia participativa (preparar, tomar e executar decisões)
- Aprender a cidadania económica (educação para a produção, consumo e gestão de recursos)

(PRONAF 2002)

Porém, não basta somente a declaração e o reconhecimento dos direitos de cidadania, é necessário criar os mecanismos e os espaços de proposição, nos quais a sociedade toda – governo e sociedade civil - se comprometa para a garantia deste direito básico. É o caminho para o empoderamento e para a gestão política e social.

### ***Descentralização da gestão das políticas públicas e o diálogo entre as comunidades e as Administrações Locais***

Em Angola, o esforço de promover uma democracia participativa se concretizou a partir de 2007 com a criação dos Conselhos Municipais de Auscultação e Concertação Social - CACS.

Estes Conselhos foram criados pela Lei Nº 02/07, “Orgânica e funcionamento da Administração Local do Estado” no âmbito da estratégia de descentralização na qual o Estado angolano pretende transferir da administração central para a governação local as actividades e os processos de decisão.

Os CACS são estruturas nas quais estão presentes vários sectores da administração pública local e contam com participação da sociedade civil. Eles têm por objectivo “apoiar a administração municipal na apreciação e tomada de decisões de natureza política, económica e social no território do respectivo município” (ENSAN 2009).

Desta forma tem-se assegurado um espaço de participação e de diálogo entre o Estado e a sociedade que permite aos Municípios melhorar sua capacidade de planificação e de gestão de recursos e promover uma democracia participativa onde é possível melhor planificar e implementar os seus programas e projectos e definir um desenvolvimento que seja de facto, sustentável.



## MÓDULO II

### *Instrumentos de Apoio ao Desenvolvimento*





## Capítulo 4

# O Técnico como Facilitador

Sabemos que para alcançar o desenvolvimento sustentável devemos ver a realidade como um todo. É preciso considerar, para além das questões econômicas, as sociais, a conservação do meio ambiente, a igualdade social e também os valores, desejos e necessidades das pessoas. E mais, é preciso construir uma proposta que tenha as pessoas como propósito final do desenvolvimento.

Vimos também que para começar um processo de desenvolvimento devemos considerar não somente o que estão fazendo os governos por meio das políticas públicas, mas o que podemos fazer no espaço em que vivemos. São as mudanças que fazemos no local é que terão influência nas transformações da sociedade como um todo. Elas começam com uma mudança de actitude e de postura de cada um de nós.

Isto significa que todos devemos assumir o papel de protagonistas nesse caminho que conduz a uma melhoria na qualidade de vida. A nossa prática diária, nossa conscientização sobre o uso e preservação dos recursos naturais e nossa forma de enxergar o desenvolvimento vão definir o desenvolvimento que queremos.

No meio rural, o exercício da participação e o uso de práticas sustentáveis começa na lavoura de cada agricultor. O grande desafio está em pensar estratégias que permitam que esse agricultor entenda melhor a realidade que o cerca e que possa identificar as potencialidades locais e que busque alternativas inovadoras.

Nesse sentido, os técnicos, sejam eles extensionistas, facilitadores, multiplicadores, assessores técnicos, sempre desempenharam um papel fundamental. Foram os técnicos extensionistas que, utilizando técnicas de animação e educação informal, desde o início dos anos 70, introduziram importantes inovações que contribuíram para o aumento da produtividade agrícola. Claro que nem tudo deu certo. Muitas acções foram realizadas sem tomar em conta as opiniões e os conhecimentos dos camponeses provocando efeitos desastrosos, rompendo equilíbrios, desestruturando a frágil rede social rural.

Hoje, o foco no desenvolvimento sustentável exige um novo profissional que se destaque pela “capacidade de colocar as pessoas antes das coisas, com especial atenção aos grupos menos favorecidos”. (Caporal, 2003). Exige também que se tome em conta métodos participativos que tenham como objetivo promover o **empoderamento** do agricultor familiar.

Com base nestas reflexões é que surge a pergunta: quais são as principais características e habilidades de um técnico que tem como função animar, acompanhar e facilitar o processo de desenvolvimento no meio rural?





#### 4.1 O que é ser um técnico facilitador?

Ser facilitador, como a própria palavra sugere, significa **tornar fácil o processo pelo qual a comunidade pode descobrir e aprender a fazer as coisas que ela deve fazer, tornar fácil a comunicação, o conhecimento e a integração**. Ser facilitador é apoiar os processos de mudança das pessoas e dos grupos com base nos seus conhecimentos, habilidades e actitudes. Ser facilitador é oferece apoio aos agricultores e grupos para que eles reconheçam e analisem sua situação, detectem seus problemas e busquem soluções.

O técnico facilitador vai favorecer o relacionamento entre os membros do grupo, **vai ensinar e, ao mesmo tempo, vai aprender com a comunidade formas novas e criativas de se fazer certas coisas**.

##### Para saber mais...

###### Algumas qualidades do técnico facilitador:

O seu papel é, principalmente, figurar como parte neutra entre os actores envolvidos no processo de desenvolvimento territorial. Enquanto terceira parte envolvida, deve ser capaz de conduzir a uma análise interactiva do sistema, estimulando o diálogo e a negociação efectiva entre os actores. Em alguns casos, o papel de facilitação é desenvolvido por um único indivíduo, em outros, por um grupo de pessoas.

*(Facilitação Territorial para o Desenvolvimento Territorial Participativo e Negociado)*

Cada localidade tem seu jeito próprio de agir e as fórmulas prontas normalmente não funcionam. O que deu certo em um lugar pode não dar certo em outro. Cada processo de desenvolvimento é único e o que se define por desenvolvimento é exatamente isso: **“cada localidade encontrando seu modo de conduzir seu projeto de vida, construindo sua identidade no mundo”**.

Por isso, o facilitador deve ser capaz auxiliar a troca de saberes (popular e técnico) e ajudar a construir um novo conhecimento, diferenciado, próprio daquela realidade.

Não acreditamos que o técnico deva mostrar o caminho. O técnico deve descobrir junto com a comunidade, apoiar o *“exercício do querer e do saber colectivo, resgatar o direito de fala, a chance da vez e da ocupação de espaço”* (Brito, 1999). Mas isso não significa que ele deva assumir um papel passivo. Ele tem o papel activo de estimular a participação, explicar e orientar adequadamente os grupos, responder dúvidas, etc.



O facilitador deve ter competência técnica e interpessoal para perceber as situações que ocorrem a sua volta, habilidade para intervir e encontrar soluções para que as pessoas envolvidas continuem a trabalhar.

É preciso que o facilitador actue com responsabilidade ética e profissional. A responsabilidade ética é imprescindível quando trabalhamos com pessoas. **Ética não se flexibiliza!**

Em resumo, ser facilitador é ser capaz de estimular e fortalecer o desenvolvimento local, injetando uma energia nova na comunidade e mobilizando-a para a ação. O facilitador deve ser capaz de valorizar e respeitar a tradição e a cultura local, aproveitando todo o potencial para impulsionar o desenvolvimento. Deverá ter habilidade para lidar com as diferenças, criar um ambiente propício ao diálogo, enxergar pontos comuns que possam fortalecer a confiança e as relações locais.

### Para saber mais...

#### **Algumas qualidades do técnico facilitador:**

- Alguém que saiba perceber e saber ouvir;
- Alguém que possa contribuir nos níveis da teoria e da técnica;
- Alguém que tenha afectividade, empatia e solidariedade com o próximo, respeitando cada um e considerando os saberes individuais;
- Alguém que tenha disposição para buscar sempre novos conhecimentos e para provocar mudanças;
- Alguém que saiba se comunicar, mantendo uma postura respeitosa;
- Alguém que seja pró-activo e criativo, possibilitando momentos de movimentação e inovação de indivíduos, grupos e aldeias.

A principal competência do facilitador é a capacidade de diálogo, a produção e troca de conhecimentos que sensibiliza, instrumentaliza e habilita os demais parceiros (Krummer, 2007).

#### **4.2 O que orienta a acção do técnico facilitador?**

O técnico facilitador vai trabalhar com as pessoas e grupos que são diferentes em suas expectativas, nos seus saberes, em sua cultura. Essas diferenças devem sempre ser respeitadas.

Para tanto, é importante propor estratégias que valorizem a participação de todos, criando condições para que o grupo elabore suas próprias propostas, que envolvam outros actores locais, fortalecendo ainda mais a capacidade pessoal e colectiva de realizar.



A escolha dessas estratégias deve ser orientada a partir da compreensão de que:

- O conhecimento é construído a partir da realidade e experiência dos participantes por isso, fazer uso de técnicas que promovam a integração além de facilitar a criação colectiva de conhecimento, anima e descontraí os participantes;
- As actividades devem estimular o pensamento crítico e a reflexão sobre situações reais e significativas;
- O técnico facilitador ao mesmo tempo em que actua como mediador entre os conhecimentos e o grupo será também um aprendiz dos saberes do grupo;
- A escolha de uma actividade será sempre em função do perfil do grupo, de suas necessidades, dos temas a serem abordado e dos recursos disponíveis;
- É fundamental que o facilitador conheça o tema a ser trabalhado, para que possa conduzir correctamente a discussão, enriquecendo com novos elementos que surjam da participação e aportando novos conhecimentos;
- A aprendizagem por meio de vivências prevê que cada pessoa viva a experiência e forme seus conceitos, assim, o facilitador deve permitir que o grupo “brilhe”.

### Para saber mais...

A vivência é um tipo de técnica na qual as pessoas são convidadas a participar de uma experiência que é uma oportunidade para a reflexão sobre comportamento e actitudes.

## Actividade



**Quais as principais competências de um técnico facilitador?**

**Discuta com seus colegas o que quer dizer “responsabilidade ética e profissional”?**







## Capítulo 5 Comunicação em um enfoque participativo

Quando pretendemos entusiasmar as pessoas, motivá-las para um trabalho em conjunto, normalmente enfrentamos os problemas da pouca participação, sempre os mesmos falando, domínio de opiniões e poucos assumindo responsabilidades. De facto, trabalhar em grupo não é fácil, principalmente quando se trata de buscar soluções para problemas tão complexos como os que afectam nosso dia-a-dia. É preciso incentivar as pessoas a falar, ouvir, valorizar e aceitar as ideias dos outros, encontrar alternativas e assumi-las. A participação antes de tudo deve ser um desejo e uma conquista.

A comunicação por sua vez, se estabelece através de trocas de idéias e do diálogo e por meio dela começa-se a despertar para a importância da participação.

O enfoque participativo vem assegurar que a comunicação seja capaz de estimular a participação por meio de processo adaptados a cada situação. Ele fornece técnicas e instrumentos que facilitam o debate e o intercâmbio de experiências, a reflexão e a decisão, focando sempre nas transformações e mudanças tanto individuais quanto colectivas.

Vejamos com detalhes a seguir.

### 5.1 Comunicação – o que é?

**Comunicar significa fazer com que algo seja posto em comum.** A comunicação diz respeito ao relacionamento entre pessoas, à troca de experiências e é uma necessidade básica do homem.

O conceito de comunicação, em geral, refere-se à troca de informações sob a forma de uma mensagem, por isso, somente podemos dizer que há comunicação quando o conteúdo da mensagem é interpretado pelo receptor, ou seja, quando há uma resposta à mensagem enviada ou um retorno (feedback). Por isso, enviar uma carta ou deixar uma mensagem na caixa postal do telefone não é comunicar, mas transmitir informação.

#### **Mas como se comunicar com o agricultor?**

Paulo Freire (1977) nos ensina que entender a assistência técnica rural como um processo de comunicação é diferente da idéia comum de “extensão” rural. Isto porque quando se fala em extensão, logo se pode associar a conhecimentos e técnicas que serão “estendidos” a outros, e isso pode ser confundido com uma imposição de conteúdos por parte dos técnicos (Krummer, 2007).

**Para o facilitador, a comunicação é um processo no qual as pessoas se relacionam entre si, trocando saberes e transformando a realidade que as rodeia.** O papel do técnico que tradicionalmente tem sido o de transmissor do conhecimento técnico, passa a ser o de comunicador, capaz de mobilizar as comunidades para a busca de soluções para os seus problemas.



A comunicação tem, portanto, um valor estratégico. É impossível não comunicar nada, pois até mesmo o silêncio pode significar algo.

### Para saber mais...

#### Formas de comunicação:

- Verbal: utilizamos as palavras faladas ou escritas
- Não verbal: modo de falar, gestos, local onde se fala
- Simbólica: vestuário, ornamentos, modo de se comportar

#### Elementos do processo de comunicação

- Emissor: pessoa encarregada da comunicação
- Receptor: pessoa a quem se destina a comunicação
- Código: palavras e expressões mais apropriadas e compreensíveis
- Mensagem: conteúdo da comunicação
- Meio escolhido para transmitir a comunicação
- Retroalimentação ou feedback: resposta dada pelos destinatários e a sua capacidade de modificar o comportamento do emissor
- Área de experiência comum: os exemplos de situações concretas que o técnico apresenta para facilitar a compreensão da mensagem que está a transmitir

Para assegurar uma comunicação eficaz que não deixe dúvidas quando ao conteúdo de uma mensagem e evitar que cada pessoa entenda de modo diferente uma mesma mensagem, é fundamental utilizar técnicas apropriadas para transmitir a mensagem desejada em um ambiente propício ao seu *feedback*.

## Actividade



O que quer dizer “comunicar”?

O que significa dizer: a comunicação tem valor estratégico para o desenvolvimento sustentável?







## O enfoque participativo

Vimos antes que o desenvolvimento sustentável passa, necessariamente pela participação activa das pessoas. É claro que existem vários níveis de participação, mas por definição, participar quer dizer “tomar parte de...” (Dicionário Michaelis), que vai bem mais além do que estar presente num determinado espaço. Significa dar opinião, analisar, questionar, concordar, propor, decidir, realizar, avaliar...

A participação exige que os indivíduos sejam sujeitos do processo, envolve o respeito às ideias do grupo, actitudes e posturas adequadas que assegurem uma total transparência das acções.

Uma das formas de estimular a participação das pessoas é o trabalho com o enfoque participativo. O enfoque participativo buscou desenvolver técnicas que visam dar maior qualidade à comunicação entre as pessoas e os grupos e criar instrumentos que possibilitem e facilitem o trabalho participativo. Mas o enfoque participativo vai além do uso de técnicas e instrumentos que facilitam o trabalho participativo. Ele envolve a valorização das pessoas, as mudanças de actitudes, o fortalecimento de responsabilidades, a busca de sinergias. Ele pode ser considerado como uma filosofia de trabalho que busca integrar diferentes níveis de poder e o compartilhando responsabilidades.

No entanto, é preciso deixar claro que o método participativo não conduz necessariamente à participação. Existem métodos e actitudes que, juntos, favorecem a participação (Cordioli, 2001).

Vejamos a seguir alguns métodos e técnicas que podem auxiliar o técnico facilitador.







## 5.2 Métodos e técnicas que facilitam a comunicação

O uso de métodos participativos no trabalho com grupos busca melhorar a dinâmica e o nível de participação, favorecer o esforço colectivo e mobilizar experiências. Busca entusiasmar as pessoas afim de mobilizá-las para um trabalho conjunto.

Segundo Cordioli (2001), o **moderador** é quem promove o equilíbrio, é nele onde se concentram as diversas ideias que aparecerão por causa da participação do grupo.

A **visualização** é o registo visual de todo o processo. Busca deixar as ideias sempre acessíveis a todos.

A **problematização** é o modo de evitar que as ideias se sobreponham e promover o intercâmbio de opiniões entre os participantes. Para tanto, utiliza-se a técnicas de perguntas orientadoras por parte do moderador, de modo a direccionar o desenvolvimento dos trabalhos.

O **trabalho em grupo** é utilizado para melhorar o processo de comunicação gerando ideias para a discussão em plenária.

As **sessões plenárias** são utilizadas para a socialização das ideias geradas pelos grupos. São momentos de tomada de decisão e de se estabelecer responsabilidades.

O **debate activo** deve ser provocado continuamente, ele é a base do processo de construção do grupo. Todos devem ter os mesmos direitos e tratamentos, independentes da posição ou cargo que ocupam.

Existe uma variedade enorme de métodos e técnicas que os moderadores podem utilizar nos seus trabalhos buscando sensibilizar e incentivar os indivíduos e atingir os objectivos pretendidos. Apresentaremos a seguir algumas delas.

### A visualização

Nós somos capazes de esquecer facilmente as informações que recebemos, dependendo do método usado para transmitir as mensagens. Quando estamos simplesmente ouvindo uma informação, em geral só 20% desta informação fica na nossa memória.

Quanto mais nos envolvemos com o assunto, (olhamos, ouvimos, discutimos) mais o nível de retenção da informação aumenta e pode alcançar 90% quando estamos realizando alguma coisa.

A retenção da informação em cada um de nós está relacionada também com o nosso canal de comunicação mais desenvolvido que na maioria das pessoas é a visão. Por causa disso, a visualização do trabalho facilita a participação activa e a integração do grupo, aumentando a qualidade da comunicação. Além disso, outros canais de percepção são utilizados, como a audição, que fortalece a aprendizagem e facilita a concentração e a memorização.

Dentro do trabalho com enfoque participativo, a visualização é um importante instrumento para tornar a formulação de ideias, a discussão e o desenvolvimento dos trabalhos mais eficiente e produtivo.



A **visualização móvel ou Metaplan** foi desenvolvido nos anos 70 por uma empresa de consultoria alemã – METAPLAN GmbH. Hoje, é o método mais importante para o trabalho com enfoque participativo quando se trata de trabalhar com pequenos grupos (menos de 50 pessoas).

O método consiste na utilização de cartões coloridos ou tarjetas para registo das ideias do grupo, que são afixados na parede, formando painéis com as conclusões dos trabalhos realizados a cada etapa.

O registo de idéias nos cartões pode ser feito em três fases:

**1º - Trabalho Individual:** cada participante faz uma reflexão individual sobre o tema proposto e anota suas opiniões;

**2º - Trabalho em grupo:** a seguir, formam-se pequenos grupos (três a seis pessoas) que trocam ideias e elaboram conclusões;

**3º - Plenária:** é o momento da socialização das idéias e da consolidação dos resultados do trabalho, a partir da exposição das idéias dos pequenos grupos.

A visualização não fala por si, apenas serve de apoio à expressão verbal.

Ela apresenta muitas vantagens:

- Aumenta a transparência do processo grupal;
- Sistematiza a discussão, destacando as informações essenciais;
- Funciona como “memória externa”, armazenando as conclusões de cada etapa do trabalho;
- Proporciona visão de conjunto;
- Garante a participação de todos;
- Facilita o agrupamento das informações, pois os cartões são móveis;
- Permite a cada participante ver suas contribuições nos painéis e identificar sua parcela de trabalho conjunto;
- Apóia as apresentações em plenária, concentrando a atenção do grupo.

### Para saber mais...

Para que possamos tirar um máximo de proveito da técnica de visualização móvel, algumas regras devem ser observadas:

- Redigir apenas uma ideia em cada cartão;
- Sintetizar ideias;
- Fazer letras legíveis;
- Não ultrapassar três linhas em cada cartão;
- Não se recomenda usar a visualização móvel para mais de 50 pessoas, porque as tarjetas foram desenvolvidas para serem lidas a uma distância de no máximo 8 metros. (Cordioli, 2001)





## *Técnicas que facilitam a condução de grupos*

Por técnica entendemos o conjunto de procedimentos, um “jeito ou maneira de executar ou fazer algo”. O uso de técnicas dá um estilo leve e descontraído às actividades, ao mesmo tempo que trata de questões densas e complexas porém, são apenas instrumentos num processo de trabalho com grupos.

A vivência é um tipo de técnica na qual os envolvidos são convidados a participar de uma experiência capaz de conduzir a reflexão sobre temas ligados ao comportamento e às actitudes. Assim como a vivência, o jogo, também um tipo de técnica de aprendizagem experimental, é usado para desenvolver competência em determinada área.

Existe uma grande quantidade de técnicas que podem ser utilizadas e a escolha depende dos objectivos que se pretende atingir.

### **Para saber mais...**

Algumas características dos jogos e vivências

- Possibilitam o aprendizado;
- Definem, com clareza, os comportamentos e temas que se quer trabalhar;
- Podem levar à competição ou à cooperação;
- Fazem com que todos os participantes interajam, embora o nível de envolvimento de cada um seja diferente, e alguns até prefiram ficar no anonimato

## *Vantagens dos jogos*

- **Possuem carácter experimental:** a aprendizagem é baseada na ação do grupo, que coloca em prática suas habilidades, sem o risco de conseqüências realmente danosas, pois se trata de uma simulação;
- **Permitem flexibilidade ao facilitador:** um jogo pode ser adaptado, de acordo com as necessidades e perfil do grupo;
- **Todos participam:** esta é a regra essencial, exceto em casos especiais (ex: saúde). Se alguém se recusa a participar, por constrangimento ou timidez, o facilitador deixa o participante à vontade, e o grupo naturalmente proporciona a inclusão ou exclusão desse participante;
- **Criam maior responsabilidade para o grupo:** o grupo estabelece seus critérios de trabalho, em cima das instruções e regras fornecidas pelo facilitador;
- **Proporcionam aprendizado:** como se trata de uma vivência, viabiliza o ciclo de aprendizado: ação, reflexão, teorização e prática;
- **Geram motivação:** é uma actividade que diverte, e que por isso envolve os participantes. Asseguram ganhos para todos: todos saem ganhando com a experiência vivida, mesmo que ocorram competições ou perdas, pois aprender com o processo é o objectivo principal.





## Para saber mais...

### As fases de aplicação de uma técnica

**1. Vivência:** é o jogo ou actividade propriamente dita.

- Variar os jogos;
- Cuidar para que reproduzam a realidade a ser trabalhada;
- Verificar se há tempo suficiente para o seu processamento;
- Adequar a actividade ao objetivo pretendido e ao público-alvo.

**2. Relato:** é o momento onde o facilitador sonda o clima de trabalho em que ocorreu o jogo, oferecendo espaços para as pessoas falarem sobre seus sentimentos.

- É importante trabalhar sempre com o efeito-surpresa e usar recursos de facilitação de expressão;
- Sugestões – carinhas de expressão, figuras, palavras-chave, baralho de sentimentos, cores, símbolos, verbalizações...;
- Cuidar para que este momento tenha um tempo “ótimo” (nem muito longo e nem muito pequeno).

**3. Processamento:** fase em que o facilitador faz com que o grupo avalie sua performance no jogo, fale sobre suas dificuldades e facilidades, falhas e acertos.

Este momento deve ser preparado antecipadamente pelo facilitador, que poderá usar um dos instrumentos a seguir:

- questionários individuais ou em subgrupos;
- perguntas que vão além do “sim” e do “não”;
- recursos visuais (símbolos, cartazes, figuras...);
- painel de apresentações.

**4. Generalização:** até agora, as discussões estão baseadas na fantasia do jogo, do lúdico, no que aconteceu no aqui-e-agora. Quando entramos na fase de generalização, devemos puxar as pessoas para sua realidade e:

- Estimular as comparações com a realidade;
- Usar o material produzido pelo grupo para comparações com a realidade;
- Pedir que estabeleçam “semelhanças e divergências” do que ocorreu no jogo com o que ocorre no cotidiano.

Esta fase é a mais importante, pois faz com que as pessoas entendam os motivos daquela actividade tão lúdica e que, aparentemente, não tinha nada a ver com o trabalho ou a função de cada um.

**5. Aplicação:** de posse do diagnóstico do grupo, que revelou na fase anterior as semelhanças e diferenças do jogo com o seu cotidiano, o facilitador estimula as pessoas a investirem na promoção de mudanças e melhorias.

É neste momento que podemos obter o comprometimento do grupo.



## A moderação

A moderação é a mistura de técnicas, dinâmicas utilizadas para facilitar a comunicação e a cooperação entre os indivíduos. Esse processo vai ser conduzido pelo moderador que é o facilitador metodológico, especialista nos processos da comunicação e cooperação.

Segundo Kummer (2007), antes da realização de um evento com enfoque participativo e também durante este evento, o moderador deve ter as seguintes funções:

- Elaborar o plano de trabalho, definindo os conteúdos de moderação;
- Preparar e organizar o evento (disponibilizar os materiais necessários);
- Introduzir e explicar os temas;
- Conduzir o processo de discussão, facilitando a comunicação entre as pessoas e tornando o debate mais objectivo e produtivo;
- Focalizar os conteúdos e esclarecer contribuições confusas;
- Ser o responsável pela visualização e documentação dos resultados.

O moderador, através das técnicas de moderação, vai fazer com que todos entendam os objectivos e conteúdos, de modo que sejam obtidos resultados satisfatórios e construtivos.

Algumas dicas importantes a respeito da moderação de um evento:

- Quando se trata de um evento complexo e que trata de temas sensíveis, tensos e conflituos recomenda-se que a moderação seja feita por um moderador externo;
- Em eventos participativos é importante fazer com que os participantes sintam-se à vontade. Deve-se evitar que o moderador se posicione mais alto do que os outros participantes e arrume as cadeiras em semi – círculo;
- Para garantir uma maior participação, o ideal é trabalhar com grupos de no máximo 30 pessoas.

### Para saber mais...

#### Postura do moderador

- Manter-se tranqüilo durante as exposições dos participantes;
- Ouvir com atenção;
- Seguir as etapas do evento com flexibilidade;
- Evitar concluir pelo grupo; deixar que todos falem e somente no final fazer comentário breve de algo que passou;
- Preparar roteiros e cartazes com antecedência, de forma a ter sua total atenção voltada para o grupo;
- Sentar-se no círculo junto com os participantes;
- Preparar conclusões sobre o tema central da vivência; se possível, utilizar slides ou flip-chart para melhor fixação;
- As conclusões devem ser breves (máximo 15 minutos) e marcantes.



## Capítulo 6 Acções e instrumentos participativos

Consideramos que a metodologia utilizada pelo técnico para trabalhar o grupo e suas relações com o mundo exterior é que vai assegurar uma comunicação eficaz e garantir a participação das pessoas em todos os níveis.

A utilização de uma abordagem participativa busca estimular o empoderamento dos grupos, no ritmo dos participantes e em função de objectivos concretos, mesmo em um ambiente de elevado nível de analfabetismo e pouca prática de participação.

É importante lembrar que o fundamental é trocar idéias e informações e criar oportunidades para que todos aprendam fazendo e desenvolvam novas formas de ver a sua realidade e de pensar, de modo a produzir mudanças de percepção, de compreensão e de comportamento (Furtado, 2000).

Apresentaremos a seguir a metodologia participativa em cinco etapas que, quando cumpridas, permite aprofundar a análise da realidade e dar suporte à construção de acções colectiva. Junto com as etapas, apresentaremos algumas técnicas para recolha, síntese e análise das informações que estimulam a participação dos indivíduos.

É importante lembrar mais uma vez que a escolha da técnica apropriada ou da combinação de técnicas depende do objectivo da acção, do tipo de informação que se procura, da capacidade e experiência dos membros da equipa de técnicos, dos meios disponíveis e das condições do lugar. É importante considerar ainda as habilidades, graus de alfabetização e os costumes dos participantes.

### **Sensibilização e mobilização**

A sensibilização e mobilização das pessoas é bastante importante para o desenvolvimento de todo o trabalho. É necessário que todos entendam a importância de participar e contribuir. Há uma sequência a ser seguida.

Inicialmente, o técnico deve seleccionar municípios e/ou comunidades rurais onde serão desenvolvidas as acções. Esta escolha vai depender dos critérios elaborados pelo grupo técnico em conjunto com os representantes das instituições responsáveis.

Definida a localidade a ser assistida, o técnico vai reunir representantes dos municípios, da comunidade e grupos seleccionados, suas lideranças e parceiros importantes para explicar e discutir o que se pretende fazer e como o trabalho será realizado. Lembre-se sempre que o resultado do trabalho depende da qualidade da participação da população envolvida.

A seguir, é preciso reunir-se com a comunidade ou grupo escolhido para apresentar o trabalho, perceber a aceitação deste trabalho pela comunidade, discutir datas e estabelecer os próximos passos.





## Algumas técnicas sugeridas

### Painel coletivo

Permite que o grupo construa uma imagem comum da comunidade e a partir dela, perceber que ainda há não conhecidos. Busca também despertar o interesse por conhecer melhor o meio em que vivem e se relacionam.

(i) prenda uma folha de papel na parede e peça a um dos participantes que desenhe o seu terreno, parcela ou comunidade; (ii) em seguida peça ao grupo para fazer comentários sobre o desenho, acrescentando aquilo que está faltando; (iii) a partir das intervenções (incluindo questões dos técnicos), espera-se que as pessoas percebam que o faltam no desenho alguns elementos; (iv) por meio de perguntas e reflexões, fazer o grupo perceber que conhece uma parte da realidade e tentar estimular o grupo a conhecer melhor sua realidade.

Obs: É importante aproveitar essa oportunidade, na qual os participantes revelam que não conhecem muito bem sua realidade, para motivá-los à participação, ao diagnóstico, para que possam identificar e priorizar seus problemas.

### Teia de aranha

É usada para sensibilizar para a importância da participação, da cooperação e do trabalho coletivo. Também pode ser usada na apresentação dos participantes, aproveitando-se para explicitar a forma participativa com que será desenvolvido o trabalho.

(i) os participantes ficam de pé formando um círculo; (ii) um novelo de barbante é entregue a um deles que começa a se apresentar ou responder uma questão pertinente ao trabalho que estão fazendo ou ainda expressar um sentimento daquele momento; (iii) após responder, o novelo é arremessado a outro participante com a outra mão, repetindo o procedimento inicial; (iv) quando todos os participantes do círculo tiverem recebido o novelo, retido o barbante e respondido à pergunta, a teia estará formada. (v) termina a técnica com o “retorno” do novelo, na ordem inversa, até ser desfeita a teia.

Obs: Após o término da teia, outra reflexão pode ser feita pedindo a algumas pessoas que soltem o barbante, danificando a teia. A partir daí, discute-se a falta de sentimento do coletivo. O tamanho do grupo ideal para essa atividade é entre 25 a 30 participantes.

### Repolho/Cebola

Busca colher e socializar informações sobre pessoas e entidades nas quais trabalham.

(i) o facilitador elabora previamente até três perguntas, escrevendo-as, em folhas de papel ofício, de acordo com o tamanho do grupo. As folhas de papel são superpostas em forma de bola, até tomarem o aspecto de uma cebola/repolho. (ii) os participantes ficam sentados em e, o facilitador entrega a cebola/repolho para os participantes que vão “descascando/desfolhando” e respondendo às perguntas; (iii) termina a dinâmica com comentários de pessoas/representantes sobre as respostas, numa tentativa de sistematizá-las.

Obs: quanto mais diversificado for o grupo, em termos de vínculo institucional e formação, mais rica será a atividade. Dependendo do tamanho do grupo, do número de entidades envolvidas e do interesse do facilitador, as respostas poderão ser registradas e sistematizadas em visualização móvel.

### Caindo do céu

Permite que o grupo reflita sobre os projectos ou acções que chegam nas comunidades sem que tenha havido algum esforço ou participação dos beneficiários.

(i) amarra-se no centro e no alto um saco cheio de balões inflados, onde encontram-se inscritas palavras que representem as diferentes possibilidades de benefício que os projectos, acções ou políticas possam ter trazido; (ii) convoca-se todos para ficarem em baixo do saco, sugerindo que, quando o saco for aberto, peguem os balões que caírem; (iii) abre-se o saco e cada um volta para seu lugar carregando os balões e inicia-se um processo de reflexão; (iv) pergunta-se sobre as coisas que já obtiveram por meio de projectos ou acções, se elas têm alguma semelhança com os balões que acabam de pegar, caídos do céu, isto é, se o processo para obtenção dos benefícios exigiu algum esforço da parte deles; (v) inicia-se uma discussão sobre a importância da participação das decisões e das consequências destas quando não há interesse ou participação dos interessados.



## *Diagnóstico participativo*

É uma **ferramenta** que permite colectar e seleccionar a informação relevante sobre uma realidade que se pretende actuar. A própria palavra **diagnóstico** quer dizer “conhecimento sobre algo ou descrição minuciosa de algo” que permite descobrir e avaliar as características essenciais de uma certa situação. Porém, o uso desta ferramenta de pesquisa de modo participativo serve muito bem para facilitar processos de aprendizagem para toda a gente que quer conhecer melhor as condições de vida de uma comunidade ou região.

O diagnóstico não é uma acção reservada somente aos técnicos, ele também deve ser utilizado para fornecer aos agricultores informações sobre a sua própria realidade, estimular a capacidade das comunidades em reconhecer seus problemas e buscar conjuntamente possíveis soluções. Deve facilitar o diálogo dos técnicos com os produtores, bem como dos produtores entre eles e com outros agentes do desenvolvimento local, estabelecendo uma base de conhecimento comum.

Um diagnóstico feito de maneira participativa e deve ser ágil e operacional, mas deve, também, ter rigor científico, não apenas descrevendo a realidade, mas sobretudo, explicando-a.

Assim, a forma em que são colectados os dados deve, primeiramente, permitir que as pessoas da comunidade pensem de modo sistemático seus problemas, as possíveis soluções e os compartilhem entre si e com os demais agentes de desenvolvimento (extensionistas, etc.); em segundo lugar, que os próprios técnicos compreendam as condições e circunstâncias locais; e finalmente, todos juntos procurem analisar os problemas e as possíveis opções para enfrentá-los em conjunto.

## *Diagnóstico Rápido Participativo - DRP*

O **Diagnóstico Rápido Participativo** ou também conhecido por **Diagnóstico Rural Participativo - DRP** é um entre tantos outros métodos de pesquisa participativa que serve para facilitar processos de aprendizagem sobre uma determinada realidade, identificando problemas e as possibilidades para resolvê-los ou reduzi-los.

Suas principais características são: **(i)** baseia-se nas capacidades da população local, **(ii)** considera os participantes como sujeitos principais dos processos de mudança, **(iii)** trata-se de processo catalizador de iniciativas e **(iv)** o principal resultado é a realização da acção local sustentável.

## *Princípios básicos do diagnóstico*

**Respeito à sabedoria e à cultura do grupo:** o respeito ao conhecimento de todos é um princípio básico para se chegar à sustentabilidade do uso dos recursos e da organização social. A valorização da identidade cultural (valores, normas, visões, conhecimentos e costumes) e da maneira de ser de cada um promove o desenvolvimento a partir dos meios existentes em cada localidade.

**Aprendizagem mútua:** cada pessoa vê a realidade de sua própria forma. A comunicação e a aprendizagem mútua devem permitir a apresentação dos diferentes modos de perceber a realidade, incluindo as



perspectivas de todos os grupos de interesse: homens, mulheres, jovens. Reconhecendo o valor dos conhecimentos locais e deve impulsionar uma mudança nos papéis tradicionais dos técnicos e das comunidades a tal ponto que todos podem entender-se e concertar esforços para agir conjuntamente.

Importa lembrar que as diferentes visões levam, necessariamente, a contradições na aplicação e interpretação das informações. Não se pode nem se deve evitar isto. Aprender com as diferentes percepções e interpretações é uma característica-chave do processo.

**Escutar todos da comunidade:** para o desenvolvimento da comunidade inteira, é preciso escutar e levar em consideração **todas** as posições e também daqueles mais desfavorecidos, ou seja, dos grupos com menos poder económico e social, que muitas vezes não têm a mesma possibilidade ou facilidade de se expressarem.

**Visualização:** em muitas comunidades o nível de analfabetismo é alto e a visualização é a melhor forma de socializar a informação a todos os actores envolvidos. A visualização assim, permite que todos se “apropriem” igualmente das informações utilizando de preferência, materiais locais.

**Triangulação:** é uma forma de confrontar ou complementar a informação obtida.

Para a colecta de dados, devem ser utilizados diferentes métodos de pesquisa e diferentes fontes de informação, como por exemplo, membros de diferentes comunidades, grupos sociais, homens e mulheres, etc. De preferência, a equipa de facilitadores deve ser composta de membros de diferentes disciplinas para garantir que cada assunto seja tratado a partir de diferentes pontos de vista.

**Ignorância óptima:** ignorância óptima significa que o técnico deve evitar colectar uma quantidade excessiva de detalhes em torno das informações. Para cada tema deve-se definir antes o tipo de informação que se precisa e o nível de aprofundamento adequado. Com este estilo de trabalho evita-se uma acumulação exagerada de dados, e podemos prestar atenção às questões mais importantes, já que o tempo disponível no campo é, normalmente, limitado.

## **Etapas**

Algumas etapas são importantes para a realização de um diagnóstico.

### **1: Fixar o objectivo do diagnóstico**

Cada diagnóstico deve ser realizado com uma finalidade bem específica e não deve ser considerado uma simples colecta de dados. Por isso é importante fixar anteriormente para que serve. Uma vez definido, o objectivo deve ser discutido com os beneficiários.

### **2: Seleccionar e preparar a equipa mediadora**

Uma equipa diversificada formada por profissionais de diferentes áreas (agronomia, economia, sociologia, etc.) é importante para facilitar a realização de um diagnóstico. Esta diversidade garante um enfoque e uma análise a partir de diferentes ângulos. Uma equipa formada de homens e mulheres facilita a comunicação com todos os grupos beneficiários.





### **3: Identificar participantes potenciais, seleccionar as ferramentas de pesquisa, desenhar o processo do diagnóstico**

- Identificar participantes potenciais

Participam do diagnóstico as mulheres, os homens, os jovens e os mais velhos da comunidade, representantes do governo, pessoal de projectos, proprietários de negócios, etc., ou seja, todos aqueles que têm um interesse no desenvolvimento da comunidade. Os membros de equipa do diagnóstico também são participantes, mas com a responsabilidade especial de facilitar o processo, organizar, analisar e apresentar a informação.

- Seleccionar as ferramentas de pesquisa e desenhar o processo do diagnóstico  
Usadas adequadamente as ferramentas criam oportunidades para aumentar a participação.

#### **Para saber mais...**

##### **Perguntas a serem consideradas na selecção das ferramentas:**

- Que ferramentas correspondem às necessidades de informação?
- Que ferramentas preferem os participantes?
- Que ferramentas produzem informação desagregada por género?
- Que informação já existe em relatórios, mapas ou estudos?

##### **Perguntas a serem respondidas antes de se iniciar o diagnóstico:**

- Quando será realizado o diagnóstico e quanto tempo vai demorar?
- Onde será realizada a pesquisa?
- Que materiais usarão os participantes da pesquisa para documentar os resultados?

### **4: Recolha de informação**

- Identificar as expectativas dos participantes

Cada pessoa que participa do processo do diagnóstico espera beneficiar-se dele de uma maneira diferente. Realizar um diagnóstico sempre cria expectativas na população, por mais que os técnicos expliquem que não existe segurança de conseguir mudanças.

- Discutir as necessidades de informação

Trata-se de identificar aqui dados ou informação específica de que se precisa para a elaboração de um novo projecto rural ou para a reorientação de certas actividades num projecto existente. A informação que se precisa é seleccionada mediante o diálogo entre a equipa mediadora e os membros da comunidade.

- Encontros, entrevistas, discussões

A informação será colectada por meio do diálogo entre os técnicos e os membros da comunidade. Em geral, diz respeito à identificação da realidade rural, dos problemas, das necessidades, das oportunidades e do papel de cada um dos actores envolvidos.



## 5: Análise, sistematização da informação recolhida, colecta de informação complementar

Trata-se da análise da situação actual tendo em vista os objectivos do diagnóstico.

Como complemento ao trabalho de campo, existem fontes de informação que podem fornecer outras perspectivas (técnicas ou históricas). Além disso, ajuda a triangulação da informação como um procedimento de verificação dos dados.

## 6: Restituição e validação dos resultados

Para concluir um diagnóstico é preciso que os técnicos restitua os resultados das análises à comunidade para que sejam socializadas, para que conheçam como os dados foram tratados. A restituição serve ainda para discutir, corrigir, acrescentar informações e constitui-se em um momento para se decidir os rumos a tomar.

### Técnicas sugeridas

#### Painel colectivo

Leva o grupo a refletir e discutir sobre a construção colectiva da comunidade.

(i) fixa-se uma folha de papel na parede e pede-se que um dos participantes desenhe o seu terreno ou a comunidade; (ii) pede-se que o grupo que comente o desenho e verifique se está faltando algo; (iii) a partir da discussão, o grupo vai percebendo aos poucos que sozinhos, não conhecem toda a realidade da comunidade; (iv) busca-se animar o grupo a conhecer melhor sua realidade, motivando-os para o diagnóstico participativo.

#### Retrato coletivo

Visa analisar colectivamente a realidade actual

(i) divide-se os participantes em grupos segundo os municípios de origem; (ii) disponibiliza-se para cada pequeno grupo uma folha de flip-chart e outros materiais disponíveis; (iii) o facilitador explica que cada grupo deve elaborar através de desenhos, colagem, etc. as etapas de desenvolvimento para seu município (ex: situação do município antes do período da industrialização – na época da revolução verde – atualmente, em pleno processo de globalização); (iv) concluídos os desenhos, os cartazes são fixados na parede e os grupos se reúnem em plenária para discussão e síntese. O facilitador deve buscar mais informações sobre o tema em discussão, sendo os desenhos uma maneira de puxar a discussão de maneira lúdica e criativa. O facilitador faz as relações entre os factos locais, nacionais e mundiais.

**Observação directa e participativa:** trata-se do acompanhamento, da convivência e até da participação directa nas tarefas diárias podermos compreender melhor a realidade

**Caminhadas transversais (transects walk):** é um passeio que percorre o território da comunidade para reconhecer o meio ambiente, caracterizá-lo por áreas de uso e recursos diferentes. Busca-se a participação de forma dinâmica, pelo convite que se faz de uma caminhada pela área em foco. Promove-se a interação entre o ambiente físico e as atividades humanas realizadas no tempo e no espaço. É importante para identificar as características naturais da comunidade, atuais e do ponto de vista histórico.

(i) os participantes são convidados para caminharem juntos pelo campo, visitando os lugares mais importantes; (ii) observa-se tudo, faz-se perguntas sobre a história, tradições, a situação de hoje, etc., ao mesmo tempo observa-se o solo, a vegetação, as culturas, o relevo, os cursos e pontos de água, etc.; pode-se aproveitar para fazer pequenas entrevistas; (iii) no final, procura-se traçar o perfil da utilização da terra através de mapas, diagramas, etc.

**Entrevistas semi-estruturadas:** são entrevistas com membros da comunidade a partir de uma lista de temas a serem abordados. Neste momento é possível estabelecer um contato mais próximo com as famílias para promover a sensibilização para o trabalho participativo. Obter informações mais detalhadas de como é organizada a vida familiar, além de permitir o conhecimento da casa e de seus arredores, o que possibilita alguns insights e informações adicionais.



**Inquéritos:** são entrevistas com perguntas fechadas, tipo questionário.

**Grupos focais:** recolha de informações através de reuniões feitas com pessoas que tem uma mesmo interesse ou vivem em uma mesma zona (ex. grupo de plantadores de tomate)

**Mapas:** podem mostrar os recursos naturais e infra-estruturas, a localização dos lares, relações entre as pessoas, os movimentos diários da comunidade, a existência e localização dos sistemas de produção, etc.

### **Mapa da vida e da paisagem**

Esta atividade é complementar ao transects. Serve para descobrir e ilustrar a visão que um grupo ou uma pessoa tem dos aspectos físicos e humanos da realidade, centrados na experiência de uma pessoa ou de um grupo familiar e o seus domínios de uso e gerenciamento. A representação da paisagem engloba as idéias e as ações dos participantes no tempo, no espaço em relação a eles próprios e ao ambiente natural.

### **Linha do tempo**

Busca traçar a história das pessoas e do lugar através do relato de factos importantes e marcantes da vida da comunidade e das famílias. (i) pede-se aos participantes para usar símbolos ou palavras que revelem acontecimentos importantes da história da comunidade. importância histórica; (ii) vai se construindo um diagrama que pode ser linear ou em círculo.

### **Histórias de vida**

Possibilitar a compreensão das origens de questões que têm sua importância na vida presente das pessoas e que interferem na vida da comunidade.

### **Mapeamento dos recursos e das atividades na perspectiva de gênero**

Propiciar a discussão de como homens e mulheres vêem sua atividade. Identificar e apresentar as diferenças de gênero no uso e controle dos recursos. Discutir as questões de diferenças de gênero no uso da terra, responsabilidades e trabalho, impacto de tecnologias no homem e na mulher e a distribuição do acesso e controle.

(i) as informações podem ser colectadas em visitas ou entrevistas grupais. Um inventário dos recursos naturais e a utilização dos mapas elaborados em reuniões prévias também podem servir de base para esse mapeamento.

Obs: deve-se usar símbolos para facilitar a compreensão e garantir a participação dos que não sabem ler.

### **Mapa das relações sociais (adaptado de Furtado, 2000)**

Ajuda na compreensão dos relacionamentos, das trocas, dos empréstimos, da ajuda mútua entre as famílias de uma comunidade ou entre comunidades. Busca compreender as redes de relações sociais.

(i) pede-se que se apresentem alguns representantes (três homens e três mulheres), de uma comunidade, para definir mais ou menos de seis a oito famílias que morem próximo, numa mesma área. Pede-se que listem os recursos de troca mais importantes entre essas famílias. Escrever o nome das famílias em um cartão (ou de um representante do grupo); (ii) numa folha de cartolina, desenham-se as fronteiras da comunidade ou do assentamento, indicam-se os pontos cardeais e as comunidades vizinhas. Cola-se os cartões na cartolina de acordo com a localização exata da comunidade ou assentamento. Deixa-se espaço entre os cartões; (iii) pede-se a cada representante para dizer o tipo de relacionamento que ele e sua família têm com as outras. Listam-se os tipos de recursos de troca entre homens e mulheres. Usando-se canetas coloridas ou diferentes tipos de linhas, indica-se o que os diferentes membros de uma família trocam com os de outra. Desenham-se setas de ambos os lados, quando a troca é mútua, e quando não, desenha-se a seta só de um lado.





Obs: Em vez de mapa, pode ser usado um diagrama. Daí os cartões poderão se colocados em um círculo. Não usar mais do que oito famílias. Lembrar que com essa atividade se quer verificar se há famílias excluídas da vida da comunidade.

**Calendários:** indica a distribuição das actividades no decorrer do tempo ex. calendário agrícola, das actividades

**Matrizes:** são utilizados para especificar, analisar e classificar as relações entre várias características de objectos, acções, etc. Ex. lista de priorização de problemas.

**Diagramas:** mostram os grupos organizados na comunidade e suas relações. P. ex. diagrama de VENN

(i) divide-se os participantes em pequenos grupos; (ii) cada grupo deve relacionar quais são as instituições e organizações existentes no município; (iii) o facilitador deve disponibilizar papel flip-chart e círculos feitos em cartolina de diferentes tamanhos e cores; (iv) cada grupo deve representar cada instituição/organização/etc. por um círculo sendo que o tamanho do círculo está de acordo com a importância atribuída pelos participantes; (v) os participantes devem posicionar instituições e organizações identificadas relacionando-as umas com as outras; (vi) o facilitador anima a discussão em cada grupo auxiliando-os a perceber as relações entre a comunidade, organizações e instituições.

## O planeamento participativo

O planeamento é, antes de tudo, um processo de tomada de decisões. Nós estamos a todo momento decidindo sobre coisas do nosso dia-a-dia e do nosso futuro e portanto, planeando.

Na perspectiva do desenvolvimento, vamos decidir sobre os objectivos que queremos atingir no futuro visando transformar uma determinada realidade. Todas as pessoas envolvidas num processo de planeamento participativo têm ideias diferentes sobre a situação desejada e como atingi-la. Para chegar-se a um acordo ou consenso, todos devem ter a oportunidade de expressar suas idéias.

Para além da elaboração de um plano, o que importa é o processo que nos conduz até ele. O objectivo principal é reestabelecer o diálogo entre os diferentes actores, fortalecer os vínculos sociais e os laços de confiança, dar voz às populações rurais para que tenham acesso aos recursos e aos meios adequados à sua sobrevivência.

### Para saber mais...

**Tenha sempre claro que o objectivo final não é o plano em si, mas o processo e as dinâmicas que conduzem à sua realização.**

**A concertação e a abertura em direcção ao diálogo social entre os diferentes actores, com interesses diversos, é um momento essencial da estratégia.** (Diagnóstico Territorial Participativo e Negociado)



Também é necessário que as pessoas percebam as causa dos problemas que os afligem e sobre os mecanismos que fazem que os problemas continuem. Dessa maneira, é possível procurar distintas alternativas para resolver os problemas e apresentar opções novas.

Quando ocorre a participação de várias pessoas no planeamento, abre-se um leque bem maior de opções, mais experiências a serem passadas, diferentes olhares sobre os temas tratados. Além de permitir a ampliação da capacidade de ação, complementação de especialidades, até mesmo diminuindo custos e permitindo um trabalho com mais qualidade.

Chamamos de planeamento estratégico quando conseguimos decidir sobre uma situação num futuro de cinco anos, ou até mais. Já o planeamento operacional vai definir, no prazo de um ano o que pode ser feito e definindo actividades que permitem alcançar o futuro previsto.

### Técnicas e ferramentas sugeridas

#### **Painel de priorização** (adaptado de Krummer, 2007)

Identificar os problemas mais importantes para o grupo, de forma democrática.

(i) monta-se um painel com todos os problemas para que os participantes estabeleçam uma ordem de importância; (ii) cada participante pode eleger o problema dando pontos p. ex. Ao problema mais importante dá-se cinco (5) pontos, o segundo mais importante recebe quatro (4) pontos, assim, até que o quinto mais importante recebe um (1) ponto; (iii) terminada a votação a votação, somam-se os pontos de cada problema, tendo assim o resultado da priorização; (iv) monta-se um quadro que apresenta os problemas em ordem de importância.

#### **FOFA - Fortalezas, Oportunidades, Fraquezas, Ameaças** (adaptado de Krummer, 2007)

Esta ferramenta permite que sejam identificadas as fortalezas e fraquezas, as oportunidades e ameaças de uma comunidade, organização ou de um plano particular.

A base é uma matriz em que as fortalezas e fraquezas (factores internos) e as oportunidades e ameaças (factores externos) serão identificadas e visualizadas.

Perguntas orientadoras:

As fortalezas:

- O que temos de bom?
- Quais são as nossas vantagens?
- Com que estamos satisfeitos?

As fraquezas:

- Com que não estamos satisfeitos?
- O que não estamos fazendo satisfatoriamente?
- Quais erros temos cometido?
- O que tem que ser melhorado?

As oportunidades:

- Quais as oportunidades que o nosso ambiente externo nos oferece? (O ambiente externo é aquele que não depende de nós. São oportunidades oferecidas por leis, programas, projetos, mercados, instituições governamentais, não-governamentais, etc.)



As ameaças:

- Quais os riscos existentes em nosso ambiente extern
- Formular as recomendações;
- A partir das recomendações, desenvolver um plano de ação.

### **Visão do Futuro** (adaptado de Furtado, 2000)

A visão do futuro permite que os participantes imaginem uma situação daqui a alguns anos bem como objetivos comuns pretendem alcançar.

(i) os participantes formam grupos de trabalho e discutem o assunto, com base nas perguntas orientadoras: como cada um de vocês gostaria de encontrar a sua comunidade daqui a cinco ou até 10 anos? quais as realizações vividas?; (ii) cada membro do grupo desenvolve a sua visão do futuro, desenhando-a; (iii) em cada grupo os desenhos são discutidos e apresentados, na plenária, por um apresentador escolhido pelo grupo.

### **Árvore de Problemas** (adaptado de Krummer, 2007)

A árvore de problemas ajuda a visualizar e entender a existência de certos problemas, suas causas, efeitos e o que fazer para eliminá-los.

No tronco da árvore está visualizado o problema: as raízes simbolizam as causas do problema e os galhos, com seus frutos podres, representam os efeitos que determinado problema está gerando.

(i) desenhar o tronco de uma árvore num papel afixado no painel móvel; (ii) escrever o problema priorizado numa tarjeta e colocar no tronco da árvore; (iii) perguntar quais as causas que alimentam este problema; (iv) escrever as causas identificadas em tarjetas no fundo da árvore; (v) agrupar as causas por bloco de afinidades; (vi) discutir relações entre as diferentes causas; (vii) perguntar quais os envolvidos com este problema e descrevê-los em tarjetas; (viii) perguntar quais os efeitos negativos do problema, descrevê-los nas tarjetas e posicioná-los como frutos nos galhos.

### **Árvore de Objectivo** (adaptado de Krummer, 2007)

A árvore de objectivos é uma seqüência da árvore de problemas. Será construída a partir dos problemas priorizados.

(i) a partir da árvore de problemas construída, cada problema será reformulado com um objectivo positivo a ser obtido num futuro próximo.

Pré-requisitos essenciais do objectivo:

- Aceitáveis para as pessoas envolvidas na execução;
- Realísticos e atingíveis para os agricultores familiares, que terão o apoio das entidades, instituições e organizações envolvidas;
- Formulados de maneira compreensível;
- Dotados de qualidade, motivando os envolvidos a alcançá-lo;
- Socializados com todos que estejam ligados à sua execução.





### Para saber mais...

#### **Plano**

Um plano é um documento relacionado a um determinado espaço de tempo (mensal, bimensal, semestral, anual, bianual, etc.). É uma descrição mais abrangente das decisões tomadas, abordando temas amplos, de forma global e integrada. No momento do planejamento das atividades, operações mentais de identificação, análise, prevenção e decisão entram em ação, preparando o caminho para alcançar o que se quer promover.

Após a elaboração da "Árvore de Objetivo", o grupo analisa e define quais as atividades a serem realizadas a curto, médio e longo prazo. Feito isso, começa a construção do plano.

As perguntas a serem feitas são:

- O que fazer? (quais as atividades a serem planejadas)
- Como fazer?
- Quando e onde fazer?
- Quem participa e quem é o responsável?
- Quem apóia e contribui? (quais os parceiros a serem envolvidos)

É importante que se visualize sempre a "Árvore de Problema" e a "Árvore de Objetivo" para que as pessoas possam internalizar e entender melhor a seqüência dos passos realizados, anteriormente, até a chegada do plano elaborado.

#### **Projecto**

A partir de um determinado plano, surgem idéias para projectos que abordem e tratem de problemas específicos. É a unidade mais operativa dentro de um planejamento. É possível que vários projetos sejam gerados através de um plano.

#### **Programa**

É composto por vários projectos que busquem os mesmos objetivos. Dentro da realidade do desenvolvimento sustentável de uma comunidade rural, não se deve esquecer que aquele grupo organizado não desenvolve apenas vários planos com seus projetos específicos. Eles estão na busca constante por uma melhor condição de vida.



### ***Execução de actividades e projectos***

É hora de ver o quanto todos aqueles que estiveram envolvidos nas etapas anteriores de sensibilização, diagnóstico, planeamento, estão motivados a executarem as actividades.

Através das necessidades identificadas, o grupo começa a desenvolver a habilidade de estabelecer o consenso, buscando o envolvimento de vários parceiros e realizando diferentes acções.

Assim vão sendo implementados projectos específicos como, por exemplo, a criação de uma cooperativa de produtores, a comercialização colectiva de batata rena, a construção de um talho comunitário, entre outros.

### ***Monitoramento, avaliação, acompanhamento e replaneamento***

Em projectos de Desenvolvimento Rural Sustentável, precisamos dar especial atenção ao monitoramento e a avaliação.

É preciso deixar claro que não se trata de apontar falhas nas pessoas, nas instituições ou nas actividades executadas. Trata-se por um lado de manter a flexibilidade na implementação das acções e por outro, manter as pessoas mobilizadas em torno dos seus objectivos comuns.

É importante que as pessoas, grupos e técnicos incorporem aos projectos a prática do monitoramento e da avaliação. É preciso registrar informações, opiniões e questionamentos, verificando sistematicamente se os objetivos iniciais estão sendo cumpridos, caso contrário, identificar as medidas necessárias para alcançá-los ou modificá-los.



# Anexos







## Anexo 1.

# Os passos de um evento grupal – orientações para a prática

**(Extraído do livro: Metodologia Participativa no Meio Rural: uma visão interdisciplinar)**

Na preparação e realização de um evento qualquer, a boa organização é sempre necessária. Isto requer:

- determinar os objetivos e a pauta com os passos e instrumentos metodológicos a serem usados;
- ver as responsabilidades pela moderação, gerenciamento e encaminhamentos finais;
- escolher e preparar um lugar adequado;
- distribuir as responsabilidades para a logística, compra e preparação do material, equipamento e disponibilização dos documentos necessários.

Todo evento deve ter uma alternância entre a plenária e o trabalho em grupos. Na plenária, as pessoas escutam apresentações, discutem e acompanham os resultados apresentados e adquiridos no trabalho dos grupos, nos quais foi facilitada a participação de cada indivíduo, ouvindo e respeitando as opiniões diferentes. E, finalmente, são feitas as conclusões sintetizadas e sistematizadas na plenária.

Além disso, o moderador sempre tem que ficar preparado para o momento em que as pessoas começam a ficar cansadas e mostram dificuldade de concentração, ou quando se quer sensibilizá-las para um tema específico. Este é o momento de usar as técnicas de dinâmica de grupo e de jogos pedagógicos.

Estas técnicas animam e integram os participantes, facilitando a socialização e aprendizagem individual e coletiva. Existem técnicas para as diferentes finalidades, como as técnicas de apresentação, animação, concentração, atenção, associação de conteúdos e as técnicas de divisão de grupos.

Num evento grupal é necessário realizar os seguintes passos básicos:

- Introdução e sensibilização;
- Trabalho em grupos;
- Socialização dos resultados na plenária;
- Reflexão e avaliação do evento;
- Definição dos próximos passos.

### **Introdução e Sensibilização**

Seja um evento participativo ou não, em todos os casos é preciso ter uma introdução e sensibilização sobre o que está sendo realizado. É aconselhável buscar a presença de autoridades durante a abertura, visualizando os objetivos do encontro.

A pauta prevista deve ser apresentada, adaptada e confirmada pelo grupo presente. Além disso, é aconselhável fazer um acordo de convivência com o objetivo de facilitar o convívio do grupo por meio



de regras negociadas e visualizadas. A pergunta feita para o grupo é: “O que devemos fazer e o que devemos evitar durante o nosso encontro?”

Para facilitar a interação dos participantes do evento, é preciso também, que cada pessoa se apresente e comunique as suas expectativas. Podem ser utilizadas técnicas de apresentação para descontrair as pessoas, usando dinâmicas grupais.

### **A formação de grupos**

A depender do público alvo, os grupos podem ser formados aleatoriamente, por exemplo: definindo um número para cada participante (contando 1, 2, 3 ou mais e, assim, determinando a quantidade de grupos que se quer formar) ou, de outra forma, considerando o que pretende se alcançar. Os grupos poderão ser definidos também por critérios como sexo, idade, região, departamento, etc.

Perguntas orientadoras:

No caso em que todos os grupos discutam o mesmo ou diferentes assuntos, é sempre muito bom usar perguntas orientadoras. As perguntas orientadoras ajudam a refletir e opinar a respeito de um determinado tema, permitindo discutir e resumir o trabalho. Assim, evita-se a dispersão da discussão por contribuições que não tenham nada a ver com o conteúdo previsto e focaliza-se a atenção do grupo, estimulando o intercâmbio dos envolvidos. Esta técnica de trabalho com perguntas orientadoras se chama problematização. As perguntas orientadoras têm que ser formuladas, precisamente, pelos organizadores ou pelo moderador externo, antes do evento acontecer, e ficam sendo visualizadas durante o evento.

Existem algumas questões importantes na formulação destas perguntas, elas não devem:

- Levar às respostas “sim” ou “não”;
- Induzir a resposta ;
- Levar à discussões inúteis;
- Ser desagradáveis aos participantes.

Procedimentos recomendados para o trabalho em grupos:

Na plenária, antes de iniciar o trabalho em grupo, são explicadas e discutidas as tarefas a serem realizadas, definindo o tempo e os lugares disponíveis com os materiais necessários:

- Reunir os grupos separadamente tirando as dúvidas de cada um e esclarecendo as etapas do trabalho;
- Distribuir tarefas como: quem modera o trabalho do grupo, quem organiza a visualização e quem apresenta o resultado do grupo na plenária;
- Como visualizar(será explicado no capítulo sobre os instrumentos facilitadores da comunicação);
- Coletar e estruturar as idéias;
- Não avaliar, criticar ou julgar as idéias apresentadas;
- Aceitar todas as idéias por mais inadequadas que possam parecer.

O método básico de trabalho em grupos é a coleta e estruturação de idéias, que pode ser chamada também de “chuva de idéias” (Brainstorming) e tem como objetivo que cada participante reflita sobre uma pergunta, individualmente. É um fator psicológico importante: deixar tempo e espaço para cada indivíduo poder formar a sua própria opinião. Apenas depois o indivíduo se comunica com os





outros e visualiza a sua opinião. Se não fizer deste jeito, corre-se o grande risco de que as pessoas mais comunicativas influenciem e manipulem a formação da opinião dos outros integrantes, dificultando a participação ativa de todos.

A socialização dos resultados na plenária:

Na plenária, os resultados alcançados pelos grupos diferentes são apresentados por um representante de cada grupo, num retrato autêntico do desenvolvimento do trabalho nos grupos, visualizando as suas conclusões. Depois da discussão, sistematização e sintetização são elaboradas as conclusões gerais. Há algumas recomendações para a apresentação dos resultados na plenária.

O apresentador deve:

- Demonstrar confiança e segurança;
- Estabelecer um contato com a plenária para captar a atenção, esperando que a plenária fique em silêncio;
- Ler todas as fichas falando devagar e em voz alta, porque a visualização não fala por si só, além de mostrar as fichas ao afixá-las;
- Coordenar a visão e a audição;
- Certificar-se de que está sendo compreendido pela plenária, perguntando e observando suas reações;
- Evitar comentários longos e pessoais e apresentar somente resultados do grupo. Não apresentar o que o grupo não fez ou gostaria de ter feito;
- Perguntar aos integrantes do grupo se têm alguma complementação a ser feita;
- Responder a todas as dúvidas da plenária.

O moderador geral do evento tem que assegurar que sejam elaboradas as conclusões gerais pela plenária mais informações sobre a moderação serão obtidas no capítulo "Os instrumentos facilitadores da comunicação". Depende muito da habilidade do moderador apoiar, eficientemente, o processo de tomada de decisões pelos participantes. Há duas técnicas que facilitam isso, a do esclarecimento e a da identificação.

Na técnica do esclarecimento são mencionadas todas as alternativas e verifica-se quem é a favor e quem é contra. No caso de todos serem a favor, a decisão pode ser tomada imediatamente. Quando não se chega a um consenso, usa-se a técnica de identificação. Serão identificadas as vantagens e desvantagens de cada opção, buscando um consenso ou fazendo uma composição com os pontos sobre os quais o grupo é a favor, verificando se todos se identificam com essa composição. Se não houver consenso e a decisão não puder ser postergada, a votação deve ser usada como último recurso.

### ***A avaliação do evento***

É indispensável realizar a avaliação do evento refletindo, sistematicamente, sobre os resultados obtidos e os processos desenvolvidos. É importante saber se as expectativas dos participantes foram alcançadas, se eles se sentiram respeitados e reconhecidos com as suas contribuições, o que foi bom, o que foi ruim, o que precisa ser melhorado num próximo encontro e o que aprendemos.





Existem várias formas de avaliação, por meio de critérios quantitativos e qualitativos formulados especificamente e visualizados em fichas com cores diferentes, deixando um quadro de recados, etc.

**Os próximos passos** possibilitam a continuação do processo de discussão. No caso do trabalho com um grupo específico, como por exemplo, uma comunidade rural que precisa continuar a caminhada com o objetivo de desenvolver-se para ser um grupo que se autogerencia, a definição dos próximos passos é indispensável. Serão definidas as seguintes questões:

- O que tem que ser feito;
- Quem é responsável e quem colabora;
- Quando realizar;
- Onde realizar;
- Quais os recursos necessários;
- Qual é a fonte destes recursos;
- O que fazer para captar estes recursos.

Todos os passos explicados são instrumentos que facilitam a participação das pessoas em um evento grupal.



## Anexo 2.

# *O enfoque participativo no trabalho com adultos*

Em geral, o enfoque participativo é desenvolvido junto ao público adulto, que possui características especiais. Partindo do princípio de que os processos participativos devem ser ajustados segundo o público, de acordo com cada realidade, é necessário tomar em conta algumas particularidades dos adultos no que diz respeito ao seu processo de aprendizagem.

Alguns princípios e características da aprendizagem dos adultos (AED, 2002)

- O adulto é capaz de identificar suas próprias necessidades de aprendizagem, em função das experiências já vividas;
- Sente a necessidade de aplicabilidade imediata dos conhecimentos adquiridos, percebendo a aprendizagem como uma proposta de soluções para as suas dificuldades e problemas do dia-a-dia;
- Deseja respeito pelas suas características pessoais e consideração da sua participação no planejamento, na execução e na avaliação das atividades das quais participa;
- Seu ritmo de aprendizagem requer o uso de uma metodologia participativa, que envolva seus colegas de grupo como transmissores de saber, através da troca de experiências, com o uso de uma linguagem direta e experiências concretas;
- Sua motivação se prende às expectativas de melhoria profissional, no reconhecimento social e na busca de crescimento pessoal;
- Aprende estabelecendo conexões entre os conhecimentos adquiridos e suas experiências profissionais;
- Necessita saber do seu desempenho, através de feedback.



## Bibliografia consultada

- Agência de Comunicação para o Desenvolvimento. Comunidade que faz – Formação dos agentes de Desenvolvimento. 2002.
- Alves Primo. Conferência Inter-provincial sobre Terras. Huambo, 2011.
- Amartya Sen. Desenvolvimento como Liberdade. Companhia das Letras. São Paulo, 2000. 409p.
- Análise Diagnóstico de Sistemas Agrários (DSA). Projeto de Cooperação Técnica firmado entre o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária e a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação – PCT INCRA/FAO (UTF/BRA/051/BRA), 1995.
- Bordenave J. E. D. Alguns factores pedagógicos. Texto traduzido e adaptado do artigo 'La Transferencia de Tecnología Apropriada al Pequeño Agricultor (Bordenave, J.E.D., Revista Interamericana de Educação de Adultos, v. 3, n. 1-2 – PRDE-OEA) por Maria Thereza Grandi, OPAS, Brasília, 1983, para a Capacitação Pedagógica do Programa de Formação de Pessoal de Nível Médio em Saúde (Projeto Larga Escala).
- BRITO, S. Papel do Técnico como Facilitador nos Processos de Capacitação. Projeto Banco do Nordeste / PNUD. Série Cadernos Temáticos N.º 4. Recife-PE, 1999.
- Cerqueira, R. Jogos Pedagógicos na Capacitação das Organizações de Produtores. Série Cadernos Pedagógicos – nº 2. Projeto BNB/PNUD/ABC. Recife, 1996.
- Cordioli, S. Enfoque Participativo: um processo de mudança: conceitos, instrumentos e aplicação prática. Porto Alegre: Genesis, 2001.
- Crespo, A.; Gurovitz E. A POBREZA COMO UM FENÔMENO MULTIDIMENSIONAL. RAE-eletrônica, Volume 1, Número 2, jul-dez/2002.
- Diagnóstico Rural Participativo – Guia Prático DRP. Miguel Expósito Verdejo, Ministério do Desenvolvimento Agrário. Brasília, 2006.
- ECP. Estratégia de Combate à Pobreza. Governo de Angola, 2005.
- ENSAN. ESTRATÉGIA NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL. Governo de Angola. Versão preliminar. 2009.
- FAO (Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação) - [www.fao.org](http://www.fao.org)
- FAO Terra. Programa Terra: nota interna sobre a visão que promovemos como FAO , 2011.
- FAO. Comunicação, Diálogo, Conciliação. DPTN. Mais que um Método Uma Estratégia de Integração e Interação. SDAA. Roma, ?
- FAO. Diretrizes Voluntárias em apoio à realização progressiva do direito à alimentação adequada no contexto da segurança alimentar nacional. Roma, 2005.
- FAO. Seguridad Alimentaria. Informe de políticas nº 2. 2006.
- FREIRE, P. Comunicação ou extensão. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1983.
- FREIRE, P. Pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1970.
- Furtado, R. A Intervenção participativa dos atores – INPA: uma metodologia de capacitação para o desenvolvimento local sustentável. Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA) 2000. 180 p.
- Furtado, R. A Intervenção participativa dos atores – INPA: uma metodologia de capacitação para o desenvolvimento local sustentável. Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA) 2000. 180 p.
- Goni, A. J. O que é a metodologia GESPAR? Série Cadernos Metodológicos - Nº 1. Recife, 1999.





- GRAMIGNA, M.R. Manual de Metodologia MRG – um recurso para facilitadores. Belo Horizonte, 2001.
- Guião Prático de Diagnósticos Rurais Participativos. Projecto Transumância. GFA. Angola, 2011.
- IADH. Desenvolvimento Local e Participação Social. Instituto de Assessoria para o Desenvolvimento Humano. Recife, 2007.
- IBEP. Inquérito Integrado sobre o Bem Estar da População. INE, 2010
- IEH. O Caminho da Governança da Segurança Alimentar: A experiência de Angola”. Madrid: Instituto de Estudios del Hambre, 2011.
- KUMMER, L. Metodologia participativa no meio rural: uma visão interdisciplinar. Conceitos, ferramentas e vivências. - Salvador: GTZ, 2007. 155p.
- MAT. Manual do Administrador. Lei de Terras nº 9/04, de 9 de novembro comentada. FAO / GTZ, 2009.
- MDA, CONDRAF . Referências para um Programa Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável. Cooperação MDA – CNDRS – NEAD – IICA. MDA / SDT. Brasília, 2003.
- MDA. Marco Referencial para Apoio ao Desenvolvimento de Territórios Rurais Brasília – DF – Brasil. 2005. SÉRIE DOCUMENTOS INSTITUCIONAIS 02, 2005.
- MED. Extensão para o Desenvolvimento Rural. Ministério dos Negócios Estrangeiros Itália. Agro-pecuária 1ª série. Italconsult, 1991.
- Metodologia Participativa – Uma introdução a 29 instrumentos. Markus Brose (Org.). Porto Alegre: Tomo Editorial, 2001. 312p.
- PNUD. Desenvolvimento Institucional e Articulação de Parcerias para o Desenvolvimento Local. Série Cadernos Técnicos. Projeto BNDES – Desenvolvimento Local. Cooperação Técnica, 2002.
- PRONAF. Buscando as Raízes – Agricultura Familiar e Reforma Agrária. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Programa Nacional de fortalecimento da Agricultura Familiar. Caderno de Capacitação nº 1. Brasília, 2002.
- PRONAF. Plantando um Sonho: Sustentabilidade, gestão social e planejamento. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Programa Nacional de fortalecimento da Agricultura Familiar. Caderno de Capacitação nº 2. Brasília, 2002.
- PRONAF. Projeto do Milênio das Nações Unidas. Investindo no Desenvolvimento: Um plano prático para atingir os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. Visão Geral. 2005.
- PRONAF. Tecendo a Rede: Políticas públicas e participação social. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Programa Nacional de fortalecimento da Agricultura Familiar. Caderno de Capacitação nº 3. Brasília, 2002.
- SACHS, I. Caminhos para o desenvolvimento sustentável. Rio de Janeiro: Garamond, 2000.
- SDT/MDA. Referências para uma Estratégia de Desenvolvimento Rural Sustentável no Brasil. Série Documentos SDT: número 01. Brasília, 2005.
- Sebrae. Redes Associativas – Unindo pessoas e objetivos para o sucesso. Despertando para o associativismo. Manual do facilitador. Novembro, 2001.
- SENAI. Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica. Cadernos LPT – módulo 2, 2006.
- UNDP. Human Development Report, 2011.
- VEIGA, J. E. O Brasil rural precisa de uma estratégia de desenvolvimento. Brasília: FIPE / IICA (MDA/CNDRS/NEAD), 2001.



